



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

LUIZA FERREIRA DUARTE

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PRIVADA: uma análise da intervenção e dos desafios profissionais a partir da produção bibliográfica.

Recife
2025

LUIZA FERREIRA DUARTE

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PRIVADA: uma análise das intervenções e dos desafios profissionais a partir da produção bibliográfica.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, na Universidade Federal de Pernambuco.

Orientador (a): **Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior**

Recife
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Duarte, Luiza Ferreira.

A atuação do Serviço Social na educação básica privada: uma análise das intervenções e dos desafios profissionais a partir da produção bibliográfica. / Luiza Ferreira Duarte. - Recife, 2025.

72, tab.

Orientador(a): Adilson Aquino Silveira Júnior

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Educação básica. 3. Escolas privadas. 4. Desafios. 5. Atribuições. I. Júnior, Adilson Aquino Silveira. (Orientação). II. Título.

360 CDD (22.ed.)

LUIZA FERREIRA DUARTE

A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA PRIVADA: uma análise das intervenções e dos desafios profissionais a partir da produção bibliográfica.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

Aprovado em: 14/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Adilson Aquino Silveira Júnior (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Antônio Israel Carlos da Silva (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico esse trabalho a minha família, em especial minha
mãe e minha avó, que sob muito sol, fizeram-me
chegar até aqui, na sombra.

AGRADECIMENTOS

Agradeço profundamente a Deus pela força e sabedoria que me foram concedidas ao longo dos processos que me trouxeram até aqui. Agradeço também à minha família e aos meus amigos, cujo apoio, amor e dedicação durante minha trajetória na graduação foram como o “grão” que, com paciência e cuidado, ajudou a “germinar” este estudo e, futuramente, a minha formação.

Agradeço imensamente à minha mãe, por sua dedicação, amor e cuidado, que com tanto sacrifício me criou e sempre buscou proporcionar o meu acesso a uma educação de qualidade, mesmo diante de tantas dificuldades. Como mãe solo, ela sempre reafirmou que o caminho para o sucesso é o estudo e me educou para ser uma mulher batalhadora, assim como ela e minha avó são. Vocês são minha maior inspiração. À minha 'véinha', que também carrego uma gratidão profunda, por me acolher com tanto afeto durante toda a minha vida, sendo uma segunda mãe. A todos os meus tios e tias, primos e primas, à minha madrinha e a meu padrinho, que sempre estiveram presentes em minha vida, torcendo pelo meu sucesso com tanto amor.

Aos meus amigos de longa data, Anderson e Lily, que estiveram comigo desde o início dessa jornada, me ouvindo e apoiando nos momentos mais difíceis.

À minha amiga irmã, Maria Lúcia, que há 20 anos me acompanha. Nossa amizade vai além desta vida. Obrigada por ser você, por me acalmar, me ouvir e me amparar nos momentos em que mais precisei. Obrigada por rir, chorar, viver e caminhar ao meu lado nessa vida.

Às minhas queridas amigas do A+, em especial Edileuza, Lucia, Leia e Avani, minhas coordenadoras e Dra. Kylza, que fizeram parte da minha jornada de dois turnos, entre trabalho e faculdade, sempre me apoiando e incentivando a buscar a minha melhora. Eu cresci muito com vocês. Foram três anos de muito trabalho, mas também de muita alegria, porque estive compartilhando essa jornada com pessoas tão especiais. Carrego cada uma de vocês em meu coração. São excepcionais e exemplos para mim. Obrigada por todo amor, carinho e cuidado.

Às amigas que fiz durante a graduação, Ana Karla, Cleyci e Suelayne, que compartilharam comigo momentos de alegrias e tensões, entre risadas e angústias. Agradeço por todo apoio, carinho e cuidado. Nós estamos conseguindo, amigas!

Às minhas queridas amigas que fiz durante o estágio obrigatório, Cyntia, Ingridy e Renata, a minha prima Larissa, por viabilizar essa oportunidade e me acolher, e especialmente à minha supervisora de campo, hoje, minha amiga, Angélica. Obrigada pelo apoio, pelos ensinamentos, conselhos, pela escuta e carinho. A experiência de estágio foi muito mais especial por estar ao lado de vocês.

E por fim, ao meu orientador, professor Adilson, que compartilhou comigo essa jornada de escrita, me guiando com tanta atenção e paciência. Obrigada por escolher meu tema e me ajudar nessa caminhada.

Assim como na canção “Drão”, de Gilberto Gil, o amor que recebemos e que orienta nossas ações se renova e floresce ao longo da caminhada, superando dificuldades e transformando desafios em oportunidades de amadurecimento.

Espero que nenhuma “caminhadura” tire o amor que tenho dentro de mim e que recebo de todos vocês.

A todos que compartilham a vida comigo, meu muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho discute a inserção do Serviço Social em instituições de ensino básico privado, com o objetivo de analisar a atuação do profissional de Serviço Social nesse contexto sócio-ocupacional. Os objetivos específicos são, refletir sobre as ações desenvolvidas pela profissão nas escolas privadas, considerando suas atribuições, competências e instrumentos de trabalho, entender os desafios enfrentados pelos assistentes sociais nas instituições de ensino privado, incluindo as limitações impostas na garantia do direito à educação e à permanência dos alunos nas escolas. Além disso, o estudo visa destacar a importância da atuação do Serviço Social no contexto educacional, ressaltando seu papel fundamental nesse ambiente. A metodologia adotada baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, com foco em produções acadêmicas sobre o Serviço Social na educação e nas escolas privadas, buscando compreender as experiências dos profissionais nesse cenário e as ações que realizam, além dos desafios e limitações encontrados no cotidiano. A abordagem utilizada é de caráter explicativo, integrada à perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética, com o intuito de compreender as relações sociais e profissionais, considerando as transformações contínuas da sociedade e os espaços de atuação do Serviço Social. A partir disso, o estudo dialoga sobre o trabalho dos assistentes sociais nas escolas privadas, que se caracteriza como um espaço sócio-ocupacional marcado por limites, dificuldades e desafios, influenciado pela lógica mercadológica, mas também marcado por avanços e, acima de tudo, de ações dos próprios profissionais que buscam fortalecer o seu papel no ambiente educacional.

Palavras-chave: educação; escolas privadas; Serviço Social; espaço sócio-ocupacional.

ABSTRACT

This paper discusses the insertion of Social Service in private elementary education institutions, with the objective of analyzing the performance of Social Service professionals in this socio-occupational context. The specific objectives are to reflect on the actions developed by the profession in private schools, considering their attributions, competencies and work instruments, and to understand the challenges faced by social workers in private education institutions, including the limitations imposed on guaranteeing the right to education and the permanence of students in schools. In addition, the study aims to highlight the importance of Social Service in the educational context, emphasizing its fundamental role in this environment. The methodology adopted is based on bibliographical research, focusing on academic productions on Social Service in education and in private schools, seeking to understand the experiences of professionals in this scenario and the actions they perform, in addition to the challenges and limitations encountered in daily life. The approach used is explanatory in nature, integrated with the critical-dialectical theoretical-methodological perspective, with the aim of understanding social and professional relations, considering the continuous transformations of society and the areas of action of Social Service. From this, the study discusses the work of social workers in private schools, which is characterized as a socio-occupational space marked by limits, difficulties and challenges, influenced by market logic, but also marked by advances and, above all, actions by the professionals themselves who seek to strengthen their role in the educational environment.

Keywords: education; private schools; social service; socio-occupational space.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PRIVADA E DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	16
2.1 Desenvolvimento histórico da educação privada no Brasil.....	16
2.2 Neoliberalismo, Terceiro Setor e a educação brasileira	23
2.3 Breve resgate do processo histórico do Serviço Social e sua atuação na educação	30
3. A INTERVENÇÃO E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO BÁSICO PRIVADO.....	37
3.1 Reflexões acerca da atuação profissional do Serviço Social na educação básica privada .	37
3.2 Análise das instituições referenciadas na pesquisa	43
3.3 Atribuições e competências do Serviço Social nas instituições de ensino básico privado	45
3.4 Desafios e limites da profissão no contexto escolar privado.....	55
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	69

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a atuação profissional do Serviço Social na rede privada de ensino básico. Este tema parte da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social, realizado em uma instituição de ensino básico da rede privada, situada na cidade do Recife. Durante o estágio, tivemos a oportunidade de participar das dinâmicas diárias do Serviço Social e observar a atuação da assistente social no ambiente escolar, com ênfase em suas atribuições, especialmente no processo seletivo de bolsas de estudo, sendo a profissional responsável por fazê-lo. Para além disso, observamos as expressões da questão social mais presentes no ambiente escolar, as potencialidades da profissão na instituição, os desafios enfrentados e também as intervenções realizadas, de acordo com a autonomia do Serviço Social na instituição.

A partir da experiência de estágio, surgiu a curiosidade de investigar mais profundamente sobre a inserção do Serviço Social nas escolas privadas, com objetivo de apreender as experiências de outros profissionais, buscando entender as dinâmicas da profissão nesse espaço sócio-ocupacional. Ao nos aproximarmos do tema, foi visualizado a insuficiência de materiais acadêmicos que dialogam sobre a atuação do Serviço Social na rede de ensino básico privado, especialmente na cidade do Recife. Portanto, o interesse nessa questão nos possibilitou construir a percepção sobre a necessidade de ampliar o debate sobre a inserção do Serviço Social em escolas privadas, bem como sobre a importância da atuação profissional neste contexto.

A sociedade brasileira passou por diversas mudanças sociais, econômicas e políticas ao longo de sua história, especialmente após a instauração do sistema capitalista. Esse sistema foi se consolidando e se fortalecendo ao longo dos séculos, refletindo os conflitos e interesses divergentes entre as classes econômicas. Esse processo de priorização do lucro, contribuiu para o aprofundamento de diversas expressões da questão social, como a precarização das condições de trabalho, pobreza, violência, segregação e as desigualdades sociais, que se tornaram cada vez mais evidentes na divisão de classes. Isso também refletiu no acesso à educação, que desde seu princípio, sempre foi atravessada por forças opostas entre o ensino público e os interesses privados, que também eram subsidiados pelo Estado.

Por interesse do governo e das elites, as escolas privadas se expandiram, ao mesmo tempo que o estabelecimento da escola pública era feito de forma precarizada, sem estrutura e investimentos. O ensino privado se consolidou, transformando a educação em um bem de

consumo e aprofundando as desigualdades no acesso e na qualidade do ensino. A mercantilização da educação também foi intensificada pelo neoliberalismo, que ampliou a ideia do ensino como um produto a ser ofertado no mercado e priorizando a lógica do lucro em detrimento das necessidades sociais e educacionais dos estudantes.

O estabelecimento do neoliberalismo também abriu espaço para o chamado "Terceiro Setor", enquanto projetava a desresponsabilização do Estado em relação às políticas sociais, transferindo essa responsabilidade para a sociedade civil e os setores privados. Isso provocou uma reconfiguração no papel do Estado, ampliando a atuação das entidades que compõem o "Terceiro Setor", dentre elas as instituições filantrópicas e as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que estão intimamente interligadas, sendo favorecidas por legislações que regulamentam a sua atuação na execução de políticas públicas. Tais legislações permitem isenção fiscal para entidades que atuam em áreas sociais, o que facilita o avanço das organizações não governamentais e filantrópicas. Embora essas organizações sejam formalmente sem fins lucrativos, muitas operam com uma lógica mercadológica, oferecendo serviços com o objetivo de obter retorno financeiro. Observou-se, portanto, uma tendência na qual os interesses privados e o capital estão sempre em expansão, consolidando-se como forças dominantes que moldam as estruturas sociais e políticas, muitas vezes em detrimento das necessidades coletivas e do bem-estar público.

O processo histórico mencionado acima também refletiu na instituição do Serviço Social no Brasil, que está intimamente ligado às transformações sociais, políticas e econômicas do país. Nos primeiros anos, a profissão estava voltada principalmente para a caridade e a assistência, com forte influência da Igreja católica e das organizações filantrópicas. Ao longo das décadas, o Serviço Social passou a se reorganizar, adotando uma postura crítica em relação às desigualdades sociais e às estruturas de poder, influenciado por teorias marxistas e outras correntes de pensamento que analisavam a sociedade de forma crítica, a fim de lidar com as expressões da questão social provocadas pela urbanização, industrialização e as desigualdades decorrentes do capitalismo e das contradições entre as classes sociais.

No que tange a atuação do Serviço Social na educação, esta se dá desde o princípio da profissão, porém ganhou novos contornos a partir dos anos 1990, no qual se iniciou uma intensa discussão sobre a inserção profissional nesse segmento, principalmente após a ampliação dos debates nas organizações e na agenda da categoria profissional, especialmente no Conjunto CFESS-CRESS, que ao longo dos anos tem apontado a importância da presença do assistente social no ambiente educacional, dialogando sobre a atuação no ensino superior e as reflexões

sobre as políticas de assistência estudantil e sobre a inserção profissional na educação básica. Esses diálogos possibilitaram a institucionalização da Lei nº 13.935/2019, que reconheceu o papel do assistente social nas escolas públicas, grande avanço para a categoria. Contudo, esses debates têm se concentrado principalmente no ensino público, sendo necessário ampliá-los, uma vez que também temos nas escolas privadas uma importante via de inserção, que ainda precisa de um olhar mais aprofundado e uma abordagem crítica sobre a atuação do profissional nesse segmento, além do desenvolvimento de debates e estudos que dialoguem sobre suas possibilidades e limites. A inserção do Serviço Social na educação privada é condicionada pelas exigências do mercado e da lógica neoliberal que permeia esse campo do ensino. Esse fator, além do mencionado anteriormente, também pode restringir as potencialidades da profissão. Diante disso, surgiu o interesse em aprofundar o estudo sobre o tema, pois é fundamental que essa discussão amadureça, considerando as especificidades desse segmento e a capacidade da profissão em intervir nas manifestações da questão social que impactam o cotidiano escolar. O Serviço Social pode contribuir de forma significativa para a transformação do ambiente educacional, mas, para isso, é necessário que seu espaço de atuação seja ampliado e que sua presença no ambiente escolar não seja restrita às funções burocráticas.

Esta pesquisa buscou contribuir para o aprofundamento do debate sobre a presença de assistentes sociais em escolas privadas e a importância dessa atuação nesse contexto sócio-ocupacional. Ao desenvolver esse tema, buscamos identificar os desafios e as atribuições do Serviço Social nesse segmento, com o intuito de oferecer contribuições que orientem profissionais interessados na educação privada como área de atuação. Além disso, buscamos destacar a necessidade da inserção de assistentes sociais nas escolas privadas, não apenas para a realização de processos seletivos de bolsas de estudo, mas também para promover um ambiente escolar mais igualitário.

O objetivo geral do estudo consistiu em analisar a atuação profissional do Serviço Social em instituições de ensino básico privado. Para alcançar esse propósito, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre as ações que a profissão desenvolve nas escolas privadas, em termos das suas atribuições, competências e instrumentos de trabalho;
- Conhecer os desafios que os assistentes sociais podem encontrar na sua atuação nas escolas privadas, considerando os limites que a profissão se depara para garantir o direito à educação e a sua permanência nas escolas;

- Por fim, dialogar sobre a importância da atuação do Serviço Social nesse ambiente, ressaltando seu papel fundamental no contexto educacional.

Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2002), se trata de uma investigação desenvolvida com base em estudos já elaborados, podendo ser eles livros ou artigos científicos, almejando analisar a atuação de assistentes sociais nas instituições, apoiando-se nas produções bibliográficas sobre o Serviço Social na educação e nas instituições de ensino básico privado. Isso auxiliou na construção de uma interpretação das práticas da profissão e a importância da sua inserção nesse espaço de trabalho, proporcionando uma aproximação da atuação da profissão nesse contexto. Para a construção da pesquisa, foram realizadas buscas em repositórios online, mais precisamente nos sites Google acadêmico, Scielo e Banco de teses e dissertações da CAPES. Realizamos uma revisão ampliada, em busca de estudos que trouxessem as experiências de assistentes sociais inseridos em instituições de ensino básico privado, indo além das discussões teóricas e de resgate histórico mais amplo, sem a estipulação de algum intervalo temporal para a seleção das bibliografias. Durante esse processo, foram encontrados 9 (nove) produções que dialogam sobre este tema, seguindo a perspectiva mencionada. No início do capítulo 3, apresentamos em detalhes a produção analisada através do *Quadro nº 1 - Levantamento das referências bibliográficas sobre o Serviço Social em escolas privadas*.

O estudo adotou uma abordagem de caráter explicativo, que, segundo o autor Gil (2002), se caracteriza por buscar identificar as causas ou fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos, com o objetivo de compreender o "porquê" e o "como" de determinado evento ou processo. Esse tipo de abordagem visa, não apenas descrever o fenômeno, mas também explicá-lo a partir da análise das variáveis que o influenciam. A pesquisa assumiu uma perspectiva teórico-metodológica crítico-dialética, conforme discutido por Netto (2009), que se refere ao método de Marx, com o objetivo de compreender a realidade social e suas contradições. Essa abordagem permite investigar como as relações sociais e econômicas se estruturam e se transformam ao longo do tempo, destacando a luta de classes geradas pelas contradições entre as forças produtivas e as relações de produção no contexto do sistema capitalista.

Utilizando da teoria crítica, a pesquisa buscou entender as relações sociais e profissionais, considerando as transformações constantes na sociedade e nos espaços de trabalho do Serviço Social. Realizamos um estudo bibliográfico com literaturas que abordam a inserção do Serviço Social na educação, bem como sobre a atuação profissional em escolas

privadas, com foco nas ações que o Serviço Social desenvolve, os desafios e limitações que o profissional encontra no cotidiano desse espaço, suas atribuições e competências.

Realizamos a sistematização dos estudos pesquisados em uma tabela e, logo após, dialogamos sobre as particularidades de cada pesquisa, que abordam diferentes instituições em diferentes estados brasileiros, além de fazer análises críticas sobre a inserção dos assistentes sociais nesses espaços. Esse processo permitiu uma exposição da pesquisa bibliográfica realizada, e das análises feitas sobre esse espaço sócio-ocupacional e suas particularidades. Dessa forma, a pesquisa pode contribuir para um debate mais amplo sobre a importância do Serviço Social em instituições de ensino básico privada.

No segundo capítulo, realizamos um breve resgate histórico da educação privada no Brasil, destacando os principais marcos que impulsionaram as transformações que configuram o cenário educacional atual. A partir dessa análise, abordamos a instauração do neoliberalismo no país, o estabelecimento do chamado “Terceiro Setor” e suas implicações na educação, com o objetivo de compreender como esses fatores influenciam no contexto educacional atual. Antes disso, apresentamos uma breve reflexão sobre a história do Serviço Social no Brasil, com ênfase em sua constituição enquanto profissão, além de abordar sua inserção no campo educacional. Nesse contexto, discutimos as características e desafios dessa atuação, considerando a escola como um espaço potencial de transformação social, e analisamos as especificidades da educação privada, com ênfase na presença do Serviço Social nesse cenário.

No terceiro capítulo, realizamos uma análise bibliográfica das produções que tratam da inserção do Serviço Social nas escolas privadas, oferecendo uma visão detalhada das atribuições dos profissionais e dos principais desafios no contexto educacional privado. Além de realizar considerações pertinentes a fim de aprofundar a compreensão sobre a atuação profissional nessa esfera.

Por último, apresentamos as considerações finais, em que sistematizamos e discutimos as principais análises desse estudo, discorrendo sobre as percepções obtidas a partir da pesquisa bibliográfica e refletindo sobre a importância da inserção do Serviço Social nas escolas privadas, além de destacar a necessidade de expandir o debate sobre esse espaço enquanto área de atuação profissional.

2. PROCESSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PRIVADA E DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

2.1 Desenvolvimento histórico da educação privada no Brasil

O Serviço Social está envolvido em diversos processos que perpassam as dimensões política, econômica, histórica e social. Em seus primórdios, esteve ligado às necessidades do Estado, às ações filantrópicas e à Igreja Católica, apresentando uma natureza conservadora, tradicional e assistencialista. Esta configuração inicial da profissão apresenta similaridade com as origens do processo educativo no Brasil. De acordo com Lança (2012), tanto a educação quanto o Serviço Social se desenvolveram com a ideia de atender às demandas geradas pelas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, próprias do contexto histórico do país. Ambas as áreas surgem e se consolidam com objetivos específicos, que podem ser mais conservadores ou mais revolucionários, dependendo do momento histórico.

O processo de instituição da educação no Brasil teve seu início em meados de 1500, no período colonial, com a chegada dos portugueses ao solo brasileiro. Não há como falar sobre instituições educacionais sem falar da Igreja Católica e o ensino confessional estabelecidos até hoje em nossa sociedade, visto que o princípio da educação no Brasil sucedeu após a chegada dos Jesuítas no território brasileiro, com o objetivo de catequizar os nativos. Pode-se dizer que a implementação do sistema educacional se deu a partir dos interesses de uma instituição privada, que foi a Igreja Católica.

Durante a maior parte do período colonial (1500-1759), as tarefas do ensino no Brasil ficariam ao encargo de Ordens Religiosas, sobretudo dos Franciscanos e dos Jesuítas, mas também dos Oratorianos, dos Dominicanos, dos Beneditinos, dos Carmelitas e dos Capuchinhos. Como religiosos, eles tinham suas estruturas próprias, desenvolvidas, eficazes e autônomas, constituindo-se em regime de caráter privado, ainda que, por vezes, contasse com o apoio financeiro do Estado. Depois de ter criado, em 1532, as Capitâneas Hereditárias, com a intenção de ocupar, defender e povoar as terras descobertas pouco antes, entre as preocupações do Rei de Portugal, no momento de criar o Governo Geral, estava a de promover a instrução. Confiou esta tarefa à Igreja [...] com a missão de ensinar a língua portuguesa, a doutrina cristã, a leitura e a escrita (Alves, 2009, p. 72).

Apesar de ser subvencionada parcialmente pelo poder público, a Igreja Católica seguiu garantindo os princípios da livre iniciativa. Mesmo após a saída dos Jesuítas das terras brasileiras, as ordens católicas tomaram frente do modelo educacional da época (Cunha, 2013). Os ideais de livre iniciativa mencionados acima, refletem a liberdade de ação do setor privado, permitindo a autonomia deste para atender às demandas sociais e econômicas, sem intervenção

excessiva do Estado. Ao considerarmos o contexto histórico da educação no Brasil, nota-se que a organização educacional durante o período colonial foi fortemente influenciada pelas intenções da Igreja Católica, em que em alguns pontos estavam alinhadas aos da coroa portuguesa, em que ambas viam a educação como mecanismo de controle e manutenção de poder.

De acordo com Ferreira (2016), os Jesuítas tinham a pretensão de ampliar a influência católica no território, inicialmente com a catequização dos indígenas, a fim de moldar esta população aos costumes e valores do cristianismo. Essa ação estava alinhada aos interesses da coroa, visto que os nativos se tornariam mais controláveis e por conseguinte, usados para mão de obra em atividades econômicas de base. Havia também o propósito de manter a ordem social da colônia, fazendo com que os nativos respeitassem as ordens da Igreja, além de consolidar os valores que a coroa portuguesa queria estabelecer no território por meio da educação. Além disso, aos Jesuítas, foi designada a missão de formar uma elite educada e alinhada com os valores católicos, direcionando o ensino aos filhos da elite colonial a fim de manter a hierarquia social vigente, sem pretensões de promover uma educação inclusiva, destinada às necessidades da população.

Em uma análise mais profunda, Alves (2009) nos diz que, apesar dos interesses da coroa portuguesa e dos Jesuítas estarem alinhados no que diz respeito à manutenção da ordem social, esse alinhamento não significava uma submissão desta instituição privada ao Estado. A autonomia da Igreja Católica permanecia, na administração de suas instituições educacionais e na formação de seus próprios métodos de ensino. Entende-se que o alinhamento político entre a coroa portuguesa e os Jesuítas, não significava que o Estado poderia intervir nas organizações da Igreja Católica, que tinha certa autonomia dentro do sistema educacional e independência institucional, além de influência na Colônia. Isso gerava uma tensão, porque, ao atuarem com autonomia, os Jesuítas, ao longo do tempo, resistiram ao controle total do Estado sobre a educação. Isso gerou uma complexa relação entre cooperação e resistência, e, conforme Pires (2015) “esta “mescla” escusa entre a Coroa e os Jesuítas acabou por gerar a sua expulsão em 1759”.

A promover a expulsão da Companhia de Jesus do solo brasileiro, o Marquês de Pombal pretendia reorganizar o ensino, definindo novos objetivos a seu favor.

Em 1759, em virtude de disputas de poder no âmbito político, ideológico e econômico, a Companhia de Jesus foi expulsa do país, de modo que tal fato não interferiu na relação entre Fé e Estado, que se manteve como algo inquestionável. Promovido por Marquês de Pombal, tal acontecimento impulsionou o início de reformas na Educação,

expressando os interesses do referido momento histórico que exigia a formação de militares para a proteção da Colônia, bem como a preparação de profissionais para desempenhar serviços específicos (Lança, 2012, p. 43).

De acordo com Ferreira (2016), Pombal tentou executar tal tarefa por pelo menos uma década, porém não teve tantos avanços. Entendemos que, mesmo com a expulsão dos Jesuítas, a conjuntura educacional permaneceu aliada aos interesses da elite, beneficiando a mesma. O autor ainda afirma que mesmo após a proclamação da Independência, em 1822, não houve grandes mudanças nesse cenário. Apenas em 1824 após a promulgação da primeira constituição, inspirada na organização francesa, que se observa uma mudança estrutural.

Com a promulgação de sua primeira Constituição, o Brasil, pela primeira vez, inspirado no modelo da Constituição francesa de 1791, pretendeu criar um Sistema Nacional de Educação, propondo escolas primárias para todas as cidades, colégios e liceus em cada capital e ensino superior nas grandes cidades. Entretanto, as dificuldades econômicas oriundas do grande consumo de produtos importados causaram o endividamento do País, reduzindo os recursos necessários para organizar a educação pública, mesmo no nível primário. Houve, porém, exceção no investimento feito na criação de Instituições de Ensino Superior, necessárias para a formação do quadro da administração pública, o que resultou em um considerável desenvolvimento do Ensino Superior em comparação aos outros níveis de ensino. Essa discrepância perdura até os dias de hoje (Ferreira, 2016, p. 25).

Alves (2009) explica que, que após o retorno de Dom Pedro I para Portugal, em 1831 durante a regência, decretou-se um Ato Adicional à Constituição, fato que influenciou no processo de evolução no Brasil e no desenvolvimento do ensino privado, visto que esta legislação descentralizou o controle da educação, em que o ensino primário e secundário passou a ser responsabilidade do governo de cada província. Porém, a falta de recursos das províncias interferiu na organização do seu ensino público gratuito, que por este motivo, estava defasado. Este fato abriu espaço para que o ensino privado se estabelecesse e se consolidasse e à medida que este ia ampliando a sua influência, as escolas públicas caminhavam a passos lentos, visto que a insuficiência de recursos e de interesse do Estado refletia na falta de preparo dos profissionais, defasagem nas instalações físicas, no ensino, e na falta de valorização dos professores. Em 1854, por influência das elites estabelecidas no Brasil e com o apoio da Igreja Católica, o imperador aprovou a lei de liberdade de ensino, que complementava o ato adicional de 1834. Essa lei consolidou a liberdade de iniciativa no setor educacional, permitindo que as escolas privadas, incluindo as confessionais, tivessem autonomia em relação ao Estado. Essa medida permitiu o surgimento de diferentes abordagens pedagógicas e garantiu a liberdade religiosa para os alunos. Assim, o pluralismo educacional foi oficialmente consolidado no

Brasil. Esse avanço incentivou a criação de escolas por diversas correntes pedagógicas, grupos sociais e religiões.

Com a Proclamação da República no Brasil, em 1889, inicia-se um período de grandes mudanças para o país, de forma gradativa. A educação privada começou a se expandir, refletindo mudanças políticas e sociais a cada momento. Alves (2009) dialoga sobre como, inicialmente, as reformas ocorridas na primeira república não mudaram o cenário educacional de forma significativa, embora tivessem propósitos positivos. A educação pública permanecia estagnada, isso fez com que a educação privada ganhasse espaço, preenchendo as lacunas. Silva (2018) nos traz um complemento, articulando sobre como criou-se a percepção de que as escolas públicas de ensino básico tinham baixa qualidade e estrutura, por isso, a procura pelas instituições particulares cresceu rapidamente. Visto isso, enquanto o ensino público básico enfrentava sérios problemas pelo baixo investimento do Estado, a educação básica privada ganhava força. No entanto, esse panorama muda quando analisamos o ensino médio e superior, onde os institutos federais e universidades públicas, apesar de suas dificuldades internas, ainda se destacam pela qualidade de ensino, sendo referências em relação às instituições privadas.

Observam-se avanços expressivos a partir da década de 1930, no qual o Brasil vivenciou uma série de mudanças que buscavam modernizar o país e atender às necessidades de desenvolvimento econômico, relacionadas à inserção e o estabelecimento do sistema capitalista. De acordo com Lança (2012), em um contexto geral, esse foi um momento de instabilidade política, econômica e social, mas também de muito desenvolvimento, considerando a conjuntura de avanço do capitalismo industrial, em que surgiram novas demandas sociais e educacionais a partir das transformações econômicas da época. O Estado baseou seus princípios em uma política e economia nacional-desenvolvimentista, com intervenções do governo no sistema econômico, nas políticas sociais e na regulação da educação. Nessa perspectiva, diversas reformas educacionais são impulsionadas por intensas lutas, com o objetivo de modernizar o sistema de ensino, adaptando-o às necessidades da sociedade e alinhando-o ao modelo vigente de desenvolvimento e às demandas populacionais.

Alves (2009) dialoga sobre alguns avanços, como a criação do Ministério da Educação, a institucionalização da opcionalidade do ensino religioso nas escolas e do apoio financeiro às escolas privadas e confessionais, ocorrida na constituição de 1934. Outro ponto importante ocorrido na década de 1930, foi o surgimento da Escola Nova, um movimento educacional formado por uma geração de estudiosos de visão liberal, que lutavam pela realização de reformas que possibilitasse o acesso da população a educação, de forma democrática, na defesa

de um ensino público de qualidade e laico, contrário ao ensino privado. Esse momento foi marcado por diversos conflitos entre os defensores da educação pública e os que apoiavam a educação privada. O debate central envolvia a questão da liberdade de iniciativa no campo educacional, rompendo com os padrões da escola tradicional e o acesso democrático à educação, visto que o rápido processo de urbanização também trouxeram sérias dificuldades nos âmbitos político e social, o que resultou na necessidade de um sistema educacional abrangente, que pudesse compreender todas as classes sociais.

Lança (2012) complementa, dizendo que o movimento Escola Nova, ou Escolanovismo, resultou na formulação de um documento chamado “Manifesto dos Pioneiros”, no qual a constituição de 1934 incorporou parte das ideias presentes no documento. É importante destacar também que na constituição de 1937, foi regulamentada a garantia do ensino primário gratuito e obrigatório, além da incorporação do ensino técnico e profissionalizante ao sistema educacional brasileiro, o que levou à criação de várias instituições voltadas para os setores industrial e comercial.

Pires (2015) reflete sobre como esse momento da história foi marcado por lutas pela efetivação do direito à educação, principalmente o ensino público laico, de acordo com os princípios estabelecidos pelo Movimento dos Pioneiros da Educação. Contudo, de forma oposta, esse também foi um período com forte presença dos interesses privados, que continuaram com o apoio e incentivo do Estado. Observa-se, portanto, uma separação entre o “velho” e o “novo”, em que o “velho” é representado pelos interesses da Igreja Católica e os detentores do capital, ligadas às ações privatizantes, com uma lógica conservadora que preservava as vantagens do ensino privado, e o “novo” estava associado aqueles que lutam por maior investimento público na educação, valorização da escola pública para todos.

É importante trazer para esse estudo, uma articulação com Romanelli (1986), no qual a autora dialoga sobre a contradição presente nesse momento da história da educação brasileira. Embora tenham ocorrido mudanças significativas, não só no contexto educacional, as elites permaneciam com sua influência na sociedade brasileira, ou seja, não ocorreram mudanças na estrutura socioeconômica do país. A necessidade de uma educação pública de qualidade para o povo se tornou ainda mais evidente com a ascensão do capitalismo industrial, que impulsionou o crescimento acelerado da industrialização e aumentou as desigualdades sociais. Esse cenário gerou uma crescente demanda por expansão educacional. Embora o sistema de ensino tenha se expandido, esse processo ocorreu de forma desigual no país, sendo mais intenso nas regiões mais industrializadas do Brasil. Isso gerou uma contradição no sistema educacional brasileiro,

pois, apesar dos avanços trazidos pela revolução industrial e das mudanças no contexto social e educacional, o acesso à educação ainda era limitado. Surgiu, assim, um dualismo educacional: por um lado, havia uma formação técnica voltada para a classe operária, e, por outro, uma formação conceituada destinada às classes dirigentes. Ao mesmo tempo, grande parte da população brasileira ainda estava excluída do acesso à educação, com a persistência do analfabetismo e a falta de acesso ao ensino primário gratuito e universal, enquanto se consolidava uma educação mais sofisticada, voltada para as elites.

Nesse momento de efervescência das reivindicações populares e mudanças políticas, econômicas e sociais no Estado brasileiro, manifesta-se um novo período de redemocratização no país, após o golpe de Estado de 1945 que depôs Getúlio Vargas. De acordo com Alves (2009), em relação à educação privada, a Constituição de 1946 manteve os direitos adquiridos pelo ensino privado, que continuou a receber investimentos públicos. Na década de 1960, após reivindicações populares e a organização de movimentos sociais, especialmente em defesa da escola pública, gratuita e universal, foi promulgada em 21 de dezembro de 1961 a Lei nº 4.024, também conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Essa lei conferiu maior autonomia às escolas na organização administrativa, disciplinar e didática, se estendendo também para o ensino privado. A LDB representou uma tentativa de adaptar a educação ao regime federativo e pluralista do país aproximando a educação da democracia. Mas, apesar de a lei priorizar a manutenção e o desenvolvimento do sistema público de ensino, ela também assegurou recursos para as instituições privadas, possibilitando a sua expansão.

Apesar dos avanços na perspectiva de democratização ocorridos na década de 1960, este momento também foi marcado por instabilidades políticas e sociais no país, que perpassou por conflitos e desafios econômicos, alimentando o clima de tensão. Foi nesse contexto que em 1964, um golpe militar depôs o governo democraticamente eleito de João Goulart, instaurando um regime autoritário que viria a durar até 1985. O regime militar foi um processo ditatorial, marcado por censuras, repressões e retrocessos políticos e sociais, sustentado por atos institucionais, com um forte incentivo à privatização da educação e ao fortalecimento dos interesses dos grupos privados. Segundo Lança (2012), os movimentos sociais que despontaram durante as décadas passadas, em busca da efetivação de direitos, se fragilizam diante das ações repressivas do Estado. No contexto educacional, neste momento da história, a educação passa a ter um caráter lucrativo, com ideias de privatização de ensino. Pires (2015) complementa, dialogando sobre como os investimentos no ensino público eram considerados um prejuízo para o governo nesse momento, por não atender as necessidades do mercado. Oposto a isso, a

destinação de recursos para as instituições de ensino privadas estava alinhada ao processo de mercantilização da educação e aos objetivos econômicos do governo. Nessa perspectiva, o Estado não estava preocupado com a emancipação humana por meio da educação e democratização de acesso à mesma, mas sim, no crescimento econômico do país, e ao objetivo de alinhar a educação aos interesses do desenvolvimento econômico e à lógica empresarial.

Ainda no mesmo estudo, a autora aborda como esse processo favoreceu o avanço do empresariamento da educação, alinhado aos ideais mercadológicos. Mas, é interessante mencionar que os golpistas além de ver a educação como fonte de lucro, viam também a oportunidade de utilizar o ensino como uma ferramenta de controle ideológico das massas. Nesse contexto, o Estado não se isentou de responsabilidades, mas passou a atuar ativamente na repressão e perseguição daqueles envolvidos na educação que questionavam as diretrizes do poder central.

Na década de 1980, uma crise econômica e social se agrava no país, marcada por altos índices de inflação, aumento da dívida externa e dificuldades sociais, o que gerou descontentamento generalizado entre a população, já assolada pela privação da liberdade de expressão. A partir disso, a ditadura militar começa a entrar em declínio. Esse contexto, ainda de acordo com Pires (2015), favoreceu a formação de diversas organizações de diferentes setores da sociedade brasileira, como movimentos grevistas dos trabalhadores rurais e urbanos, sindicatos, artistas, estudantes e professores, que lutavam por direitos e o retorno da democracia. A luta por melhores condições de vida e pelo retorno do Estado democrático se tornou cada vez mais resistente. Em 1984 ocorreu a campanha “Diretas já”, que reivindicava eleições diretas para presidente reunindo milhares de brasileiros nas ruas. Em 1985, o último presidente militar, João Figueiredo, renunciou após crescente pressão para encerrar o regime. Sua renúncia foi seguida pela eleição indireta de Tancredo Neves, que, embora tenha falecido antes de tomar posse, marcou o retorno do país ao regime democrático, com o fim do ciclo da ditadura e o início da nova república. Esse movimento culminou com a sucessão de presidentes civis e a promulgação da Constituição de 1988.

A carta magna de 1988 continua em vigor até os dias atuais, e de acordo com Lança (2012), é um marco histórico no que diz respeito ao progresso e efetivação de políticas públicas. O Estado passa a intervir de forma direta para responder às necessidades da sociedade, mas com o apoio da sociedade civil.

O princípio *civil* presente no art. 5 expressa que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros

residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”; No art. 6 o princípio *social* garante que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Quanto ao princípio *político*, encontra-se evidente no art. 14 e 17, de modo que o primeiro “garante a todo cidadão o direito ao voto direto e secreto para a escolha dos representantes, por meio dos quais é exercida a soberania popular” e o segundo “estabelece a liberdade de criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos” (Lança, 2012, p.53).

No contexto educacional, a Constituição de 1988, em seu artigo 211, estabelece que o compromisso com as políticas educacionais e da organização dos sistemas de ensino no país, é compartilhado entre União, estados, municípios e Distrito Federal, de acordo com a competência de cada ente federativo. Embora a Constituição vigente tenha apresentado avanços significativos em termos legais, Lança (2012) traz em seu estudo, a compreensão de que a carta magna não conseguiu a garantia plena de aplicação dos ideais descritos, devido ao processo histórico do país, marcado por desigualdades políticas, econômicas, culturais e sociais, que tinha como base, processos exploratórios e não democráticos. O Estado não conseguia atender plenamente as necessidades da população, e a partir dos anos 1980/1990, instaurou-se um cenário de transferência das responsabilidades do Estado para a sociedade civil, que, devido à sua formação histórico-cultural, se viu obrigada a atuar em ações de intervenção e resolução de problemas sociais, muitas vezes com o apoio de incentivos governamentais. Nesse contexto, surgiram as Organizações Não-Governamentais (ONGs), atualmente conhecidas como Organizações da Sociedade Civil (OSCs), que passaram a colaborar com o Estado em diversas áreas. Essas mudanças estão ligadas às reformas do Estado brasileiro nos anos 1990 e à ascensão do chamado “Terceiro setor”, que promoviam uma maior parceria entre os setores público e privado nas políticas sociais. Com isso, as responsabilidades foram compartilhadas e gradualmente descentralizadas para entidades privadas. Nesse sentido, mencionamos também a diminuição do poder que a Igreja Católica, que nesse contexto foi sendo subordinado ao sistema capitalista e a lógica empresarial. Porém, as instituições católicas conseguiram espaço para sobreviver com a oferta da filantropia e pelas legislações que beneficiam a rede privada através de característica assistencialista com a isenção de impostos.

2.2 Neoliberalismo, Terceiro Setor e a educação brasileira

O neoliberalismo é uma teoria econômica e política, que surgiu nos anos 1940, com ideais direcionados a restrição da intervenção estatal na economia e na promoção de políticas

públicas, sendo a favor das privatizações e da busca por uma maior liberdade econômica para as empresas. Esse modelo favorece a redução do papel do Estado na gestão de serviços essenciais, como a educação.

A ascensão do neoliberalismo teve um impacto profundo no contexto econômico, político e social brasileiro. Durante a ditadura militar, as ideias de mercantilização e empresariamento dos serviços públicos já estavam em expansão, com privatizações e o enfraquecimento das políticas sociais. Mesmo após a democratização e o estabelecimento da Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, os princípios neoliberais continuaram a crescer no Brasil, impulsionados por uma influência externa, em um momento de crise econômica nacional e internacional.

A crise econômica capitalista tem início nos anos 1970, definindo para as décadas posteriores, a predominância mundial da orientação neoliberal, que se contrapõe ao modelo de Estado de bem-estar social ou Welfare State, difundido na Europa no pós 2ª Guerra Mundial, que imprime a necessidade dos Estados nacionais realizarem reformas que irão ocasionar mudanças no atendimento das políticas sociais, não somente da educação, como dos demais direitos sociais (saúde, assistência social, segurança pública), que passam a contar fundamentalmente com a atuação da sociedade civil na sua execução. Tal realidade possuiu o respaldo do ordenamento jurídico (Pires, 2015, p.176).

Pires (2015) ainda nos traz a reflexão de que o neoliberalismo no Brasil se consolidou a partir da década de 1970, com a crise do Estado de bem-estar social, mencionado na citação acima, provocando reconfigurações no papel do Estado. Com a ampliação da influência dos grupos privados, instituída ainda durante o governo militar, o modelo econômico neoliberal foi ganhando força, com o mercado atuando de forma mais abrangente, sobrepondo o Estado, que não conseguia atender às demandas sociais e econômicas e nem de promover o desenvolvimento nos referidos setores de forma eficaz em sua totalidade, o que abriu espaço para a redução de sua atuação em muitas áreas, principalmente nas políticas sociais e no fornecimento de serviços públicos essenciais.

Os neoliberais são a favor da descentralização do poder do Estado, que não está vinculado ao fato de defender uma gestão compartilhada entre Estados e municípios, mas sim, a desobrigação do governo em relação às políticas sociais, transferindo essa responsabilidade para a sociedade civil e, também, para os setores privados. A expressão "Estado mínimo" é uma das principais noções que caracteriza essa ideologia, defendendo a redução da atuação do Estado nas questões sociais e econômicas.

Essa lógica favoreceu a privatização das instituições públicas, o repasse da responsabilidade para o setor privado e as parcerias público-privada, nas quais o governo atuava apenas como regulador. O neoliberalismo se consolidou no Brasil com a eleição de Fernando Collor de Mello para presidente em 1990 e logo após, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, governo no qual ocorreram reformas no Estado que possibilitaram o avanço das organizações privadas. O foco não foi apenas a privatização, mas também a expansão da atuação do chamado "Terceiro setor" e das Organizações da Sociedade Civil, que ganharam força como uma alternativa à intervenção estatal. Em relação à educação, esta passou a ser tratada cada vez mais como uma mercadoria, alinhada à lógica do sistema econômico vigente, reafirmando as desigualdades no acesso aos serviços educacionais. Paralelamente, o Estado procurou alternativas para reduzir sua responsabilidade, incentivando parcerias público-privadas e promovendo a expansão de instituições privadas, tanto no setor educacional quanto em outras áreas.

Entendemos que é importante situarmos nesse estudo o significado de "Terceiro setor" e trazer articulações sobre o tema. "Terceiro setor" é um termo, de acordo com Calegare e Junior (2009), que se refere a um conjunto de organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que atuam em diversas áreas sociais e econômicas, complementando as ações do Estado e do setor privado. Essas instituições atuam em áreas como educação, saúde, assistência social, meio ambiente, entre outras. O conceito de "Terceiro setor" está atribuído à existência de outros dois setores, o público e o privado. O primeiro setor é composto pelo Estado e suas organizações, que ofertam serviços públicos à população, que contribui com o pagamento dos impostos. O segundo setor é formado pelas organizações privadas, associado à lógica de mercado e ao empresariado, com foco em atividades lucrativas e interesses particulares, baseados no capital. Por fim, o "Terceiro setor" compreende organizações privadas que buscam atender a interesses públicos e, por vezes, oferecem serviços semelhantes aos do Estado. Apesar de pertencerem à esfera privada, o interesse é promover serviços voltados para a sociedade, buscando atender as necessidades sociais e públicas.

Entendemos que o estabelecimento do neoliberalismo e seus ideais no Brasil, que defende a ideologia do "Estado mínimo" provocou uma série de transformações profundas na economia, política e social. Esse processo favoreceu as iniciativas de privatizações de instituições públicas e a promoção de parcerias público-privada, em que o governo passa atuar como regulador. Além disso, esse processo impulsionou o crescimento do chamado "Terceiro Setor" e das organizações não governamentais, que passaram a ser vistas como alternativas à

intervenção estatal ineficiente, que não conseguia atender a população e suas necessidades de forma equivalente. Portanto, esse conceito surge como uma das expressões do movimento neoliberal, em que a sociedade civil assume uma parcial responsabilidade pelas políticas sociais. Apesar de estarem atuando em segmentos alinhados aos interesses públicos, é interessante refletir sobre a particularidade do caráter privado que as instituições que compreendem o “Terceiro Setor” possuem. De certa forma, as organizações não governamentais e outras entidades do referido segmento, embora formalmente sem fins lucrativos, acabam operando com uma lógica mercadológica, ou seja, oferecendo serviços em busca de retorno financeiro. Mesmo que a atuação dessas entidades, em tese, seja direcionada para o compromisso social, existe a possibilidade de o foco do atendimento ser direcionado para o custo-benefício, gerando uma distorção do verdadeiro propósito social.

Alinhado a isso, trouxemos a análise feita pelo autor Carlos Eduardo Montaña, no estudo “Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social”, no qual o autor dialoga sobre a ideia de Terceiro Setor como uma solução para as demandas sociais emergentes no Brasil, criticando a ideia mencionada anteriormente, sobre a desresponsabilização do Estado em atuar frente às expressões da questão social, transferindo-as para a sociedade civil e o setor privado. Segundo o autor, embora as iniciativas sejam importantes para deslocar as expressões, estas não resolvem as causas profundas dos problemas sociais, tendo apenas um caráter emergencial, sem a garantia dos direitos universais. Além disso, concordamos com o autor, quando ele analisa como o Terceiro Setor pode acabar sendo operacionalizado pelo Estado e pelo capital, tornando-se instrumento para o processo de reestruturação neoliberal, criando uma falsa imagem de um setor mais eficiente para resolver os problemas sociais e favorecendo o avanço do enfraquecimento das conquistas sociais e históricas da classe trabalhadora e do papel do Estado, enquanto o setor privado se beneficia.

Realizando uma análise acerca do que o autor traz em seu estudo, entendemos que a separação entre os três setores, Estado, empresas e o “Terceiro Setor”, na verdade não corresponde à realidade, constituindo uma construção ideológica. Esses setores não são independentes, mas sim interdependentes, formando uma relação entre si. Essa união fortalece os interesses neoliberais, criando uma estrutura em que os recursos e o poder se concentram nas mãos privadas. O Estado não se apresenta como uma entidade separada do “Terceiro Setor”. Pelo contrário, ele atua como base legal, sendo fonte de financiamento para muitas dessas iniciativas, frequentemente por meio de isenções fiscais, subsídios e parcerias público-privadas. Em muitos casos, empresas criam organizações filantrópicas para obter benefícios fiscais,

disfarçadas de “boas ações” enquanto o Estado legitima e financia essas atividades. Ou seja, em vez de uma verdadeira setorização, o que existe é uma complexa rede de interesses interligados, que fortalece o poder privado e transfere as responsabilidades sociais do Estado para o mercado e a sociedade civil.

Essa interação fortalece a lógica neoliberal, reafirmando a privatização crescente dos serviços sociais e a desvalorização do papel do Estado, além de fortalecer as desigualdades estruturais e no acesso de políticas públicas. Portanto, ao invés de tratar o "Terceiro Setor" como um segmento isolado, é essencial entender que ele é, na verdade, uma representação das dinâmicas interdependentes entre o Estado e as empresas. Essa articulação faz parte de um projeto neoliberal, em que os interesses estão sempre voltados para a expansão o capital.

As análises realizadas acima nos levam a refletir sobre a origem histórica da filantropia no Brasil. Segundo Ashoka (2001), apesar do conceito de “Terceiro Setor” ser mais “recente”, é interessante mencionar que a filantropia, base desse conceito, está presente na sociedade brasileira desde os primórdios, relacionada ao atendimento a pessoas carentes, seguindo uma lógica assistencialista, voltada para caridade cristã, ligada à Igreja Católica e, posteriormente, passou a ser praticada também pela elite brasileira, também seguindo a mesma lógica cristã. No final do século XIX e início do XX, as instituições provenientes dessas iniciativas passaram por mudanças na sua forma de organização e administração. Com o avanço da industrialização e o aumento das cidades, novas contradições sociais surgiram ocasionando um aumento nas organizações sem fins lucrativos, que, em colaboração com o Estado, buscaram soluções para esses problemas. Na década de 1970, também surgiram diversas organizações voltadas para a defesa dos direitos políticos, civis e humanos, em resposta aos períodos de ditadura militar no Brasil. Essas organizações se autodenominaram "não-governamentais" (ONGs), termo que se popularizou e passou a ser utilizado para descrever organizações sem fins lucrativos. Apenas na década de 1990, como já mencionado, que o “Terceiro Setor” no Brasil passou a se consolidar como um segmento com características próprias, marcando a trajetória das organizações sem fins lucrativos no país e mudando a forma como essas entidades operam e se relacionam com o Estado e com o mercado.

Durante esse processo, foram implementadas legislações que normatizaram a atuação das OSCs, organizações filantrópicas e privadas na execução de políticas públicas. Santos (2016), em seu estudo, dialoga com mais profundidade sobre as disposições legais direcionadas para a relação entre Estado e sociedade civil e suas prerrogativas, trazendo citações pertinentes, promovendo um diálogo mais abrangente. Após a leitura de seu estudo, destacamos a Lei nº

9.790, de 1999, que criou a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), estabelecendo uma nova forma de parceria com o governo, chamada de "termo de parceria". Essa lei simplificou o processo de reconhecimento das entidades, modernizou a realização de parcerias e introduziu mecanismos de responsabilização das instituições quanto ao uso de recursos públicos. Também trazemos a Lei nº 13.019, de 2014, que é conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que estabeleceu novas normas para a relação entre o poder público e as OSCs, fortalecendo a comunicação e cooperação entre as entidades e o governo, no qual as organizações passaram a ser reconhecidas como sujeitos essenciais para a democracia e a cidadania.

Em relação à filantropia, destacamos a Lei nº 12.101/2009 e a Lei complementar Nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que trata da certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentando os procedimentos para isenção das contribuições à Seguridade Social. Essa legislação permite a isenção fiscal de entidades que atuam em áreas sociais, o que favorece a atuação de organizações não governamentais e filantrópicas. Um exemplo importante é a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) que, de acordo com a cartilha intitulada "O que é CEBAS Educação?", é uma certificação concedida pelo Governo Federal às organizações privadas sem fins lucrativos que atuam nas áreas de educação, saúde ou assistência social, desde que cumpram os requisitos legais. Essa certificação, além de se incluir na assistência social, também se insere na política educacional, alinhada com o Plano Nacional de Educação (PNE) e colabora para a "inclusão social" ao disponibilizar bolsas de estudo parciais ou integrais para estudantes da educação básica e superior de acordo com perfil socioeconômico dos candidatos.

As entidades detentoras do CEBAS podem usufruir de isenção do pagamento das contribuições sociais, incidentes sobre a remuneração paga ou creditada aos seus empregados. Também podem receber transferências de recursos governamentais a título de subvenções sociais, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente. O certificado CEBAS é um dos documentos exigidos pela Receita Federal do Brasil (RFB) para que as entidades privadas, sem fins lucrativos, gozem da isenção da cota patronal das contribuições sociais (Brasil, 2015, p.8).

A relação entre filantropia e educação no Brasil é marcada por uma longa trajetória, na qual as instituições privadas sem fins lucrativos desempenharam um papel crescente no campo educacional, assim como também em outros segmentos, com uma atuação anteriormente ligada à lógica assistencialista e uma perspectiva de caridade. No entanto, com o avanço das políticas de direitos sociais e a Constituição Federal de 1988, houve uma redefinição do papel do Estado

e da sociedade, na qual a carta constitucional tornou-se um marco importante no campo dos direitos sociais, incluindo a educação, conforme descrito no Art. 205, que define “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” No que tange a educação privada, Gonçalves (2009) complementa, dialogando sobre o artigo 206 (III), que estabelece o princípio do "pluralismo de ideias e concepções pedagógicas", permitindo a coexistência das instituições públicas e privadas de ensino, e o artigo 213, que autoriza a destinação de recursos públicos para escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, desde que cumprissem os requisitos como a comprovação de finalidade não lucrativa. A Constituição também garantiu, por meio do artigo 209, a liberdade da iniciativa privada no setor educacional, desde que as instituições seguissem as normas gerais da educação estabelecidas pelo Estado. Esses mecanismos estabelecidos na constituição, também orientam as normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

No entanto, apesar das diretrizes estabelecidas pela Constituição e pela LDB, a realidade da educação no Brasil ainda se caracteriza por enormes desafios, principalmente no que diz respeito ao acesso da população ao sistema educacional. Concordamos com Lança (2012) quando a autora afirma que a universalidade do acesso à educação vai além da disposição de vagas nas escolas, mas também envolve a criação de oportunidades de acesso e permanência dos alunos, levando em consideração o contexto em que cada um está inserido. A ausência dessa universalidade, ligada às desigualdades estruturais, à precarização das escolas públicas e a insuficiência de investimentos nas políticas educacionais públicas, resulta na insuficiência da garantia do direito à educação. Isso gera uma desconexão entre o que se idealiza para o sistema educacional público e a realidade que de fato, se apresenta nas escolas, resultando em serviços educacionais precarizados. Podemos considerar também que essa situação é, em parte, alimentada pela expansão das instituições de ensino privadas, favorecidas por incentivos fiscais e legislativos, que oferecem uma infraestrutura mais completa e uma qualidade de ensino superior em comparação com as escolas públicas, devido à maior disponibilidade de recursos financeiros e a capacidade de investir em materiais didáticos, tecnologias e ambientes de aprendizado mais adequados. Esse desalinhamento entre o favorecimento das instituições privadas, que contam com mais recursos e estrutura, e a escassez de investimentos nas escolas públicas, contribui diretamente para o aprofundamento da precarização do ensino público, refletindo nas desigualdades no acesso e na qualidade do ensino oferecido.

Esses obstáculos também são reflexos da perspectiva neoliberal estabelecida no país, que, de acordo com Gentili (1996), transformou ao longo do tempo a educação em uma mercadoria, deixando de ser vista como um direito, sendo submetida à lógica de mercado e suas determinações. A consequência dessa mercantilização, é a crise estabelecida no sistema educacional mencionada acima, envolvendo também questões como eficiência, eficácia e produtividade. Nesse sentido, é relevante mencionar que além da expansão das escolas privadas, há também a atuação das organizações de ensino privadas filantrópicas, algumas confessionais, ligadas a Igreja Católica, que expandem sua atuação, provendo acesso às classes mais baixas por meio de bolsas de estudo, sendo regulamentadas pela legislação, beneficiando-se de isenções fiscais e financiamentos que foram mencionados anteriormente.

Regulamentadas pela Lei nº 12.101/2009 e, algumas, certificadas pelo CEBAS, essas entidades devem comprovar que operam de forma filantrópica, destinando, pelo menos, 20% de sua receita anual para ações sociais, geralmente na forma de bolsas de estudo voltadas para candidatos com perfil socioeconômico mais vulnerável. Esse processo é gerido por assistentes sociais que, dentro dessas instituições, são responsáveis por realizar o estudo socioeconômico dos participantes, definindo pela concessão ou não das bolsas, de acordo com os parâmetros da legislação. Considerando a realidade socioeconômica dos alunos beneficiados pelas bolsas, a inserção desses estudantes nas instituições de ensino pode, em muitos casos, refletir e reproduzir diversas expressões da questão social, como desigualdades, preconceitos e discriminações, uma vez que englobam realidades sociais distintas. Portanto, entende-se que o papel do Serviço Social vai além da concessão de bolsas de estudo. Dentro das instituições de ensino, os assistentes sociais devem intervir de maneira integral, atuando sobre as expressões, promovendo a implementação efetiva das políticas educacionais, alcançando toda a comunidade escolar e suas famílias, oferecendo acolhimento e ações que incentivem o envolvimento dos alunos, melhorem seu desempenho acadêmico e garantam sua permanência na escola.

2.3 Breve resgate do processo histórico do Serviço Social e sua atuação na educação

A história do Serviço Social no Brasil percorreu um longo caminho desde sua origem à sua institucionalização, marcado por diversos processos e lutas importantes para o seu desenvolvimento. Com a ascensão do sistema capitalista, a reestruturação da sociedade e o avanço da industrialização no Brasil, marcadamente a partir dos anos 1930, ocorreram

profundas transformações econômicas, políticas e sociais no país. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2009), o Serviço Social em sua gênese esteve vinculado a Igreja Católica, tendo como marco inicial a fundação da Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1936, que tinha como objetivo formar mulheres da classe alta para o trabalho social, com um foco cristão e baseado nos princípios de caridade. Os primeiros profissionais de Serviço Social no Brasil eram, em sua maioria, mulheres em que a visão de mundo estava alinhada com os valores das classes dominantes, com uma perspectiva de atuação moral e cristã, tendo as práticas de filantropia e caridade como as principais formas de intervenção para lidar com os problemas sociais, sendo incentivadas pela Igreja com base nos valores de bons costumes. O Estado e os donos do capital integraram a profissão e ampliaram sua forma de atuação para atender as necessidades capitalistas. Os assistentes sociais, portanto, passaram a atuar mais diretamente a favor dos interesses do capital, consolidando sua posição dentro das estruturas do poder e da reprodução das relações sociais. Nesse contexto, a sociedade era caracterizada pela divisão das classes sociais, com interesses opostos e contraditórios, que eram sustentados e hierarquizados pelo sistema capitalista industrial que se estabelecia.

Seguindo os princípios abordados ainda no estudo Iamamoto e Carvalho (2009), o processo de reprodução do capitalismo leva à expansão simultânea da classe trabalhadora e do poder da classe capitalista, perpetuando desigualdades sociais. A expansão do capital resulta na ampliação da pobreza e da riqueza, refletindo o antagonismo de interesses entre as classes. Embora o capitalismo tenha alcançado um amplo desenvolvimento das forças produtivas, ele também reforça as contradições sociais, criando novas formas de organização social, mas também ampliando as desigualdades. A classe trabalhadora se desenvolveu em um contexto de pauperização, marcado pela exploração, com condições desumanas de trabalho e de vida, como precárias condições de saúde e habitação, jornadas exaustivas de trabalho, trabalho infantil, sem contar com os acidentes laborais, que deixavam muitos trabalhadores como vítimas da indústria. Esta era uma realidade cruel e o contexto era de ausência de perspectivas de melhoria na vida para a categoria. Essa classe vivia constantemente lutando por sua sobrevivência, buscando reduzir a exploração por meio de confrontos com os capitalistas. Embora algumas vitórias parciais, como a jornada de oito horas de trabalho, a legislação trabalhista e o fortalecimento do sindicalismo tenham sido conquistadas, a classe capitalista não permitiu que estas ameaçassem a continuidade do sistema, trabalhando para preservar seus interesses e garantir a reprodução do capital.

Proveniente das problemáticas citadas acima, a questão social se alimenta das contradições entre as classes sociais e de suas circunstâncias, criando a necessidade de profissionais especializados para lidar com as desigualdades e conflitos gerados por essas relações. O Serviço Social foi se firmando como uma profissão importante nesse contexto, inicialmente ligado ao setor público. Os assistentes sociais passaram a ser parte do aparelho estatal, trabalhando diretamente nas políticas sociais implementadas por essas instituições. Neste momento, a profissão precisou se adaptar às novas exigências, buscando se modernizar. Com o crescimento das grandes empresas e indústrias, uma abordagem mais técnica e sistematizada foi desenvolvida, a fim de se adequar ao contexto social e econômico da época.

A partir de meados de 1960, o Serviço Social passou por intensas movimentações, iniciando um processo de renovação condicionado pela Ditadura. Foi fortemente influenciado por lutas políticas e sociais pela democratização do país e pela ascensão dos movimentos das classes sociais, evoluindo para adotar uma nova perspectiva sobre a prática profissional e realizando análises críticas da realidade social, visto que as contradições das classes sociais existentes determinam a profissão. Como resultado, houve uma busca de ruptura com os modelos profissionais tradicionais e conservadores, o que levou a mudanças importantes no ensino, na pesquisa, na regulamentação da profissão e na organização política dos assistentes sociais. Essa nova abordagem visava aprimorar o desempenho dos profissionais ao responder as demandas das expressões da questão social, baseada em fundamentos teórico-metodológicos que buscam superar as práticas tradicionais da área (Iamamoto, 2019).

É importante trazer a concepção abordada no estudo de Yamamoto (2009) que, com o passar das décadas, as relações sociais na sociedade capitalista se mantêm e se transformam ao longo do tempo, não estando apenas interligadas às manutenções das condições de trabalho e dos meios de produção, mas englobando também as lutas sociais e as formas de consciência, como a religião, a arte e a política. Atrelado a isso, entende-se que o processo de reprodução das relações sociais não se resume a uma simples repetição do que já existiu, mas é um movimento contínuo de criação de novas necessidades a partir das desigualdades. À medida que o capital se torna a principal prioridade, novas expressões da questão social podem surgir, e concomitantemente, novas formas de consciência social que alimentam a luta pelo poder entre as classes podem aflorar. A contradição mencionada anteriormente nesse estudo permanece, pois, a igualdade jurídica prevista na constituição ainda não se concretizou, já que a riqueza continua concentrada nas mãos de poucos, enquanto a classe trabalhadora enfrenta condições pauperizadas, com acesso limitado aos direitos sociais estabelecidos.

A partir disso, entende-se que o Serviço Social deve estar em constante processo de desenvolvimento, afastando-se das bases conservadoras e arcaicas que marcaram suas origens. Para se alinhar com as necessidades contemporâneas e as transformações sociais, a profissão precisa se adaptar e evoluir, promovendo práticas que respondam às novas dinâmicas da sociedade. Isso implica em um compromisso contínuo com a superação das desigualdades estruturais e com a defesa dos direitos sociais, assegurando que a ação profissional esteja em sintonia com as lutas sociais emergentes e com a construção de um futuro mais justo e igualitário.

A partir dessa ideia, trazemos a contribuição de como Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional crítico, em favor da liberdade, equidade e justiça social, afirmando um compromisso com a competência e com o aperfeiçoamento intelectual do profissional. Pautado na tradição marxista, o projeto ético-político orienta profissionais a promover e construir a autonomia e plena expansão dos indivíduos sociais, reafirmar direitos e políticas sociais, bem como defender os direitos da classe trabalhadora, alicerçando-se nos princípios éticos humanistas, relacionados à universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais. A ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras (Netto, 2009).

As condições históricas que emergem no Brasil a partir da década de 1980 refletem nas profissões, e especificamente no Serviço Social, a incorporação das reivindicações progressistas da sociedade que favorecem a consolidação de um projeto ético-político profissional que informa a perspectiva da prática profissional regulamentada no seu Código de Ética Profissional de 1993 [...] Este projeto profissional afirma ainda a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando o pluralismo; posiciona-se a favor da equidade e da justiça social; ampliação e consolidação da cidadania, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; luta pela democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (Martins, 2007, p. 186 e 187).

Atualmente, a profissão apresenta uma configuração acadêmico-profissional social direcionada para a defesa dos trabalhadores, dos usuários dos serviços, do amplo acesso à terra para a produção de meios de vida, estabelecendo um compromisso com a afirmação da democracia, com a liberdade, igualdade, e a justiça social, inseridos em diversos espaços sócio-ocupacionais (Iamamoto, 2009).

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar no Estado – nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário –, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Esses distintos espaços são dotados de racionalidades e funções distintas na divisão social e técnica do trabalho, porquanto implicam relações sociais

de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, que figuram como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Elas condicionam o caráter do trabalho realizado (voltado ou não à lucratividade do capital), suas possibilidades e limites, assim como o significado social e efeitos na sociedade. Ora, as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza (Iamamoto, 2009, p. 6).

Ainda de acordo com Iamamoto (2009), a atuação profissional do Serviço Social desempenha um papel fundamental em diversas áreas sociais, trabalhando com as expressões da questão social, em articulação com as políticas públicas em defesa dos direitos estabelecidos. Assistentes sociais realizam atividades como assessoria técnica, consultoria, supervisão, formulação e gestão de políticas públicas, além de estudar e orientar indivíduos e grupos, principalmente das classes mais baixas, fortalecendo a luta por direitos e a intervenção a favor da qualidade dos serviços prestados à população. Após a ruptura teórica e política com suas origens conservadoras, a profissão amadureceu e se transformou, ajustando-se às novas demandas sociais e políticas, cada vez mais expandindo sua atuação e inserindo-se em novos espaços sócio-ocupacionais, inclusive na educação.

O processo de integração do Serviço Social na educação ocorre desde a década de 1930, com a origem dos processos sócio-históricos constitutivos da profissão e com sua inserção nas instituições de ensino. No entanto, com o amadurecimento do projeto ético-político, houve um fortalecimento da relação Serviço Social e educação a partir de 1990, onde iniciou-se uma intensa discussão sobre a atuação profissional neste segmento e a consolidação gradativa desta área de atuação, buscando atender às demandas sociais no campo educacional. Essa discussão ganhou espaço nas organizações e na agenda da categoria profissional, especialmente no Conjunto CFESS-CRESS, dando origem às Comissões Temáticas de Educação nos CRESS e às discussões, debates e proposições nos encontros nacionais da categoria. A partir do 30º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS 2001, foram criadas proposições em âmbito nacional acerca da atuação do assistente social (CFESS, 2011).

Mais adiante, foram desenvolvidos grupos de estudo para debater sobre o tema, além da produção de materiais educativos, como o documento intitulado "Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação", publicado em 2011. Esses materiais têm como objetivo apoiar e enriquecer as reflexões sobre a função social da escola, a educação como um direito social e a contribuição do Serviço Social para garantir esse direito. Também abordam a escola como um espaço de atuação do assistente social e discutem a inserção dos assistentes sociais nas políticas educacionais, incluindo a assistência estudantil no ensino superior (CFESS, 2011).

É importante mencionar que o Serviço Social tem atuado de forma importante nas políticas de assistência estudantil, que ganharam maior destaque nos níveis de ensino superior e profissionalizante especialmente após a criação de programas federais voltados para a permanência e adaptação dos estudantes, principalmente aqueles em “situação de vulnerabilidade social”. No entanto, embora essa questão tenha avançado consideravelmente, é essencial que as reflexões sobre a atuação da profissão se expandam tanto para esse segmento, quanto para a educação básica, contemplando escolas públicas e privadas.

Com a luta da categoria em estabelecer a educação como um campo de atuação legítimo, o debate sobre a inserção do Serviço Social na educação se ampliou, levando ao desenvolvimento de projetos de lei para regulamentar a atuação profissional nesse campo. No entanto, até o momento, essa regulamentação tem se concentrado apenas nas escolas públicas, deixando de lado a educação privada, que também demanda a presença de assistentes sociais para garantir a inclusão e o acesso à educação de qualidade para todos os estudantes.

A implementação da Lei nº 13.935/2019 foi resultado de quase 20 anos de esforços e mobilizações. Os movimentos que possibilitaram esta formalização também estabeleceram bases para a profissão tornar-se área de conhecimento dimensionada para emancipação social, política e emocional dos indivíduos. A inserção da profissão na educação básica abrange todos os seus segmentos, em instituições públicas e privadas, apesar da Lei nº 13.935/2019 incluir apenas instituições públicas, como foi mencionado acima. Nas unidades de ensino básico privadas, os profissionais são frequentemente contratados apenas para a gestão de programas de bolsas de estudo, o que limita as potencialidades da profissão.

Martins (2007) dialoga sobre como a escola desempenha um papel fundamental na sociedade brasileira, não apenas como um espaço de aprendizagem, mas também como ambiente onde encontram-se diversas realidades sociais, econômicas, culturais e políticas. Nos últimos anos, a função da escola passou por mudanças, que refletem as transformações da sociedade. O desenvolvimento das desigualdades econômicas, políticas e sociais exigiu que as instituições educacionais se adaptassem, desempenhando também funções socioeducativas, principalmente em comunidades periféricas, onde muitas vezes a escola é o único equipamento social acessível. Nesse cenário, a escola deixa de ser apenas um local de ensino, tornando-se um espaço de transformação social, oferecendo uma oportunidade para o desenvolvimento crítico dos indivíduos e para a busca da qualidade de vida destes e suas famílias. Para que a escola cumpra essa missão social de maneira eficaz, é necessário que os profissionais envolvidos tenham uma compreensão ampla das políticas sociais e saibam como articulá-las no

ambiente educacional. Eles também devem ser capazes de integrar ações e projetos de diversas políticas públicas que atendem crianças, adolescentes e suas famílias, fortalecendo a colaboração entre a escola e outras instituições que compõem a rede de proteção social.

Embora o direito à educação, assim como o direito ao acesso e permanência na escola, esteja garantido nos marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – 9.394/96), com o objetivo de formar cidadãos aptos a exercerem seus direitos e buscarem transformação social por meio da educação, as desigualdades sociais e educacionais ainda persistem. Nem todos têm acesso à educação de qualidade e estruturada. Muitas vezes, quando os alunos têm apenas a possibilidade da escola pública como única oportunidade para estudar e melhorar suas condições de vida, esse acesso acontece de maneira precária, seja estruturalmente, nas condições de ensino, ou até mesmo no estabelecimento de sua permanência. Historicamente, o ensino público sofre com a falta de investimentos, se tornando um aparato frágil, com uma qualidade inferior ao que deveria ser, e ao que está estabelecido nas legislações.

Retomando a discussão estabelecida no item anterior, a precarização das escolas públicas contribui para que indivíduos e suas famílias busquem bolsas de estudo em instituições de ensino privadas, que geralmente possuem um caráter filantrópico, atuando respaldadas pela legislação. Nessas instituições, assistentes sociais são responsáveis por gerir esses processos, realizando análises socioeconômicas dos candidatos e suas famílias, deferindo ou indeferindo as bolsas a indivíduos em “situação de vulnerabilidade”. No entanto, é importante mencionar que a oferta da bolsa de estudo não altera de imediato a realidade enfrentada por esses alunos, que, apesar de terem oportunidades de melhoria de vida, ainda estão inseridos em suas realidades pauperizadas e podem, frequentemente, se deparar com realidades sociais, econômicas e até familiares distintas nas instituições privadas, podendo ser vítimas de preconceito e discriminação.

Por isso, é essencial que a atuação dos assistentes sociais vá além do simples processo seletivo de bolsas de estudo, abrangendo um apoio contínuo e efetivo, visando a inclusão plena desses estudantes no ambiente educacional, sem que a desigualdade e a exclusão se perpetuem. O Serviço social pode promover acesso, permanência e acolhimento dos discentes, desenvolvendo reflexões, discussões e atividades relacionadas aos aspectos sociais e buscando alternativas para os obstáculos que a educação vive atualmente.

3. A INTERVENÇÃO E OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO BÁSICO PRIVADO

3.1 Reflexões acerca da atuação profissional do Serviço Social na educação básica privada

A atuação profissional do Serviço Social se materializa através das demandas emergentes das expressões da questão social, das atividades desenvolvidas e das ferramentas técnicas-operativas utilizadas no dia a dia para enfrentá-las. Através destas demandas que se apresentam para os profissionais, novas competências são desenvolvidas a fim de amenizá-las. Assim, novos conhecimentos, estudos e práticas profissionais são desenvolvidas e aplicadas, resultando nos serviços prestados à sociedade. Esse processo auxilia na construção da identidade profissional do assistente social e no seu constante desenvolvimento.

As atividades desenvolvidas sofrem outro decisivo vetor de demandas: as necessidades sociais dos sujeitos, que condicionadas pelas lutas sociais e pelas relações de poder, se transformam em demandas profissionais, re-elaboradas na óptica dos empregadores no embate com os interesses dos cidadãos e cidadãs que recebem os serviços profissionais (Iamamoto, 2009, p. 34).

A realidade social está em constante mudança, portanto, torna-se necessário o aprimoramento contínuo das práticas profissionais do assistente social e incessantes análises e reflexões acerca das expressões da questão social, para que sua intervenção não esteja limitada apenas a ações técnicas, mas em condutas que sejam capazes de possibilitar o acesso a direitos sociais, a fim de estabelecer uma atuação mais efetiva em diferentes contextos sociais, buscando expandir sua presença e atuação em diversos espaços sócio-ocupacionais, que são estabelecidos pelas necessidades sociais historicamente exigentes (Netto, 2009). Esse dinamismo reflete-se também na evolução da integração do Serviço Social na política de educação.

A atuação do assistente social na educação não pode ser vista como algo que ainda será alcançado e sim como algo que está sendo desenvolvido, através das demandas emergentes que necessitam de intervenção profissional do Serviço Social, do reconhecimento da importância da atuação nesse segmento e dos avanços políticos e institucionais que a categoria vem alcançando para estar inserida neste espaço sócio-ocupacional. Por ser uma profissão que tem como base de atuação a questão social, esta é capaz de analisar criticamente as realidades e construir propostas de intervenção para as demandas sociais. Tanto a educação quanto o Serviço Social buscam formar ou transformar indivíduos em cidadãos críticos, éticos, empáticos, autônomos e responsáveis, a fim de promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Assistentes sociais inseridos plenamente nas unidades de ensino básico, privadas ou públicas, podem atuar frente às expressões da questão social presentes nas instituições, auxiliar no combate aos desafios presentes na educação, bem como colaborar na promoção do acesso a políticas educacionais, que possibilitam a socialização de conhecimentos pertinentes para a construção de cidadãos conscientes de seus direitos. Esta consciência permite a emancipação política, social e emocional dos indivíduos, levando-os aos caminhos da transformação social. O compromisso do Serviço Social, conforme os princípios e fundamentos do Código de Ética Profissional, está relacionado à defesa dos direitos humanos, à recusa do arbítrio e do autoritarismo, à equidade e à justiça social, eliminação de todas as formas de preconceito, defendendo a universalidade de acesso aos bens e serviços oferecidos pelos programas e políticas sociais. O Serviço Social busca oportunizar a inclusão e dignidade a todos, promovendo intervenções pautadas pela valorização da diversidade e pela igualdade de direitos, pautando sua atuação na defesa de que as pessoas, sem exceção, possam usufruir dos serviços e direitos previstos nas políticas públicas de forma justa e igualitária. Dessa forma, o assistente social tem o compromisso de atuar com ética e responsabilidade, sempre em consonância com os princípios e valores que orientam a profissão, buscando a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva (CFESS, 1993).

Além das contribuições mencionadas, a presença de assistentes sociais em escolas privadas pode, por meio da implementação de projetos e programas voltados para inclusão e democratização, promover reflexões sobre a importância de se combater intolerâncias e preconceitos e sobre outras expressões da questão social presentes neste segmento. Além disso, o Serviço Social desempenha um papel fundamental alinhado à assistência estudantil, não apenas com o intuito de melhorar o desempenho dos alunos na escola, mas também e assegurar sua permanência e reduzindo os índices de evasão.

A Lei nº 13.935/2019, que regulamenta a presença de assistentes sociais e psicólogos nas escolas, menciona exclusivamente a profissão em escolas públicas, sem compreender a obrigatoriedade em instituições de ensino básico privadas. A categoria continua buscando avanços nesse contexto, para que os profissionais possam atuar de forma abrangente, aproveitando todas as potencialidades da profissão. Essa conjuntura poderia também oportunizar a regulamentação dos profissionais nas escolas privadas. Por isso, é importante entendermos o panorama de atuação profissional nesse segmento e ampliar este debate.

Observamos uma quantidade limitada de materiais acadêmicos que abordam o Serviço Social em escolas privadas. Nos estudos encontrados e mencionados na presente pesquisa, a

maioria dos autores destacam que as instituições analisadas têm caráter filantrópico. Por esse motivo, fazem menção à Lei nº12.101/2009, que regulamenta a certificação das entidades filantrópicas no Brasil. Essa lei estabelece critérios para que instituições, que atuam nas áreas de saúde, educação e assistência social, possam adquirir benefícios fiscais, como isenção de impostos (Brasil, 2009). Nesse contexto, é importante destacar que, ao realizar a leitura das bibliografias, notamos que na maioria das escolas privadas mencionadas, a presença de assistentes sociais está restrita à filantropia relacionada aos processos seletivos de bolsas de estudo, o que limita a atuação profissional a uma função pontual e muitas vezes isolada. Portanto, a presença de assistentes sociais nessas escolas está principalmente relacionada à Lei nº 12.101/2009 e aos processos seletivos de bolsas de estudo, e não à Lei nº 13.935/2019, que trata da atuação dos assistentes sociais de forma regulamentar na educação básica.

A partir do interesse em analisar as experiências do Serviço Social em escolas privadas, este capítulo busca compreender as atribuições, competências profissionais e os desafios enfrentados nos processos de trabalho, no qual os estudos analisados proporcionam diferentes perspectivas de atuação dos assistentes sociais em instituições de ensino básico privado, bem como sobre os desafios e limites que a profissão encontra para garantir o direito à educação e a sua permanência nas instituições nas quais estão inseridos em diferentes Estados do Brasil, além de considerações sobre a importância da profissão e as possibilidades de atuação nesse contexto. O objetivo é enriquecer o debate sobre a inserção de assistentes sociais em escolas privadas, destacando a relevância do profissional nesse espaço sócio-ocupacional, a partir da análise das experiências estruturadas e discutidas neste estudo. Além disso, com esta estruturação, pretendemos analisar os desafios e atribuições que o Serviço Social encontra neste segmento, podendo assim, ser um instrumento para orientar profissionais que se interessam pela educação privada como área de atuação e para a formação de uma prática consolidada nesse segmento, além de identificar as particularidades e os desafios que surgem nesse contexto específico.

Abaixo apresenta-se a tabela com os estudos que constitui a pesquisa bibliográfica de forma sistematizada:

Quadro nº 1 - Levantamento das referências bibliográficas sobre o Serviço Social em escolas privadas

Ano - Título - Autores	Tipo de Publicação	Resumo
2018 - <i>O trabalho do assistente social na educação privada: desafios, implicações e resultados da bolsa no instituto profissional Laura Vicunha</i> - Elza dos Santos da Silva	Trabalho de conclusão de curso	Este trabalho final de curso objetiva analisar os impactos causados na vida de ex-alunos que foram bolsistas no Instituto Profissional Laura Vicunha nos anos de 2004 a 2008. A metodologia utilizada na pesquisa foi a do materialismo histórico-dialético. Os desdobramentos deste estudo se pautaram nas análises sobre a origem da educação no Brasil, passando pela consolidação da escola privada até se chegar às reflexões sobre a consecução de bolsas no referido instituto, situado no município de Campos dos Goytacazes. O presente estudo retratou que os usuários que se inscreveram para o processo de bolsas estavam em situação de vulnerabilidade social, enfrentam desafios relacionados a esta problemática. Entre estes se apresenta a questão da dificuldade de acesso e permanência na educação escolarizada que seja de qualidade. Estes obstáculos estruturais estão presentes na sociedade brasileira desde a implantação do primeiro sistema educacional do país e são inerentes à sociedade capitalista. Nesse contexto, o Serviço Social se insere na instituição como mediador para o processo de bolsa (gratuidade ou parcial) oferecido pela escola de acordo com a Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009. Foi analisada qual a importância destas bolsas de estudos na vida dos educandos num cenário em que é necessário buscar a educação como caminho para a mobilidade social, onde há interesse de maior empregabilidade no futuro. No trabalho também foi mostrado como o sistema educacional foge dos preceitos fundamentais almejados pela educação se submetendo aos interesses do capital.
2019 - <i>O SERVIÇO SOCIAL EM ESCOLAS PRIVADAS: Estudo sobre a inserção do Assistente Social em uma Escola Privada da Região Metropolitana de São Luís</i> - Amanda Letícia; Ferreira da Silva	Trabalho de submissão	Esse estudo buscou fazer uma análise sobre o trabalho do assistente social no programa de filantropia CEBAS em uma instituição de ensino privada e filantrópica do Município de Santarém- Pará. Com o objetivo de refletir sobre as demandas do serviço social nesse ambiente escolar particular. Seus desafios para a efetivação do direito à educação envolvem a expressão do enfrentamento dos problemas sociais. Para compreender como se dá esse processo será feita uma revisão bibliográfica para contextualizar a educação e as transformações sociais e a importância do papel do assistente social no contexto escolar. Como metodologia de pesquisa foi abordada aspectos qualitativos e fundamenta-se no materialismo histórico e dialético. Para obtenção de informações sobre o trabalho, realizou-se uma entrevista com a profissional do setor de Serviço social do colégio, e com isso a possibilidade de identificar o seu perfil, de que forma se dá sua contribuição e as principais dificuldades quanto ao seu fazer profissional, bem como a metodologia utilizada para o processo de bolsas e as maiores demandas no programa de Filantropia CEBAS. Dessa forma, com essa experiência, concluímos que o assistente social tem condições de contribuir nessa área, construir vínculos que assegurem a cidadania dos atores envolvidos.
2022 - <i>O trabalho do assistente social no programa de filantropia Cebas do Colégio Dom Amando-Santarém-Pa</i> - Edna Meireles da Silva; Lorena Guimarães Ferreira Honorato	Artigo científico/Revista	Esse estudo buscou fazer uma análise sobre o trabalho do assistente social no programa de filantropia CEBAS em uma instituição de ensino privada e filantrópica do Município de Santarém- Pará. Com o objetivo de refletir sobre as demandas do serviço social nesse ambiente escolar particular. Seus desafios para a efetivação do direito à educação envolvem a expressão do enfrentamento dos problemas sociais. Para compreender como se dá esse processo será feita uma revisão bibliográfica para contextualizar a educação e as transformações sociais e a importância do papel do assistente social no contexto escolar. Como metodologia de pesquisa foi abordada aspectos qualitativos e fundamenta-se no materialismo histórico e dialético. Para obtenção de informações sobre o trabalho, realizou-se uma entrevista com a profissional do setor de Serviço social do colégio,

		e com isso a possibilidade de identificar o seu perfil, de que forma se dá sua contribuição e as principais dificuldades quanto ao seu fazer profissional, bem como a metodologia utilizada para o processo de bolsas e as maiores demandas no programa de Filantropia CEBAS. Dessa forma, com essa experiência, concluímos que o assistente social tem condições de contribuir nessa área, construir vínculos que assegurem a cidadania dos atores envolvidos.
2022 - <i>A inserção do serviço social na educação básica: experiência de uma instituição de ensino privada e filantrópica de Santarém- Pará.</i> - Beatriz Gomes Rabelo; Lorena Guimarães Ferreira Honorato; Ivone Domingos e Silva	Artigo científico/Revista	Esse artigo buscou analisar o assistente social inserido em uma instituição de ensino privada e filantrópica do município de Santarém- Pará, seus benefícios e desafios profissionais. Para entender este processo será realizada uma revisão bibliográfica das relações que o permeiam e dos indivíduos envolvidos, como a instituição familiar, que em conjunto com os alunos formam a comunidade escolar, além de um breve histórico acerca da evolução da área educacional. A metodologia de pesquisa abordou aspectos qualitativos e quantitativos, com a abordagem hipotético-dedutiva. Os dados citados no trabalho foram obtidos através de uma entrevista com a profissional de Serviço Social do Colégio Santa Clara, possibilitando identificar o seu perfil, suas principais contribuições e dificuldades, bem como a caracterização do público atendido, as maiores demandas e quantitativo de beneficiados com o programa de assistência estudantil. Tal experiência evidencia a importância e necessidade da presença do assistente social na escola, sendo uma das ferramentas que implicam diretamente no desenvolvimento do estudante.
2009 - <i>A prática cotidiana do assistente social na escola-privada</i> - Amanda Boza Gonçalves	Dissertação de mestrado	Este estudo discute a prática cotidiana do Assistente Social na escola privada e, seu principal objetivo, é compreender e analisar o modo de fazer dos Assistentes Sociais que atuam em escolas privadas, tendo como campo empírico da pesquisa os Colégios Maristas da Província Brasil Centro-Sul. A metodologia de pesquisa adotada, fundamenta-se na abordagem qualitativa. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, sendo que os sujeitos da pesquisa foram quatro Assistentes Sociais que compõem o quadro funcional dos Colégios Maristas das seguintes cidades: São Paulo-SP, Ribeirão Preto-SP e Curitiba-PR. A construção teórica, elaborada a partir dos objetivos do presente estudo, perpassa pela discussão em torno da educação no Brasil em seu âmbito público e privado, do sistema neoliberal, e do Terceiro Setor, enquanto um executor da política educacional. O referencial teórico também é composto por uma explanação acerca do trabalho profissional do Serviço Social, com ênfase no debate acerca do cotidiano profissional, o qual se configura como uma categoria de análise da pesquisa. A partir disso tratamos sobre o Serviço Social na escola e, mais especificamente, sobre sua atuação nos Colégios Maristas, caracterizado, por sua vez, como um espaço sócio-ocupacional permeado por limites, dificuldades, desafios e também por conquistas, acima de tudo.
2021 - <i>Sistematização do trabalho profissional do assistente social no colégio salesiano Dom Bosco/Salvador/BA</i> - Débora de Almeida Ramos Oliveira; Vilane Reis Santana; Rosângela Silva Prazeres de Santana	Artigo - capítulo de livro	Visando isto, a sistematização do trabalho profissional do Assistente Social no Colégio Salesiano Dom Bosco/Salvador/BA, traz como objetivo, identificar quais atividades e intervenções desenvolvidas pelo serviço social que são exclusivas da profissão. Além de analisar a autonomia e as condições de trabalho do profissional neste espaço sócio-ocupacional.

2021 - <i>O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS MERCÊS</i> - Aleine de Araújo Ferreira	Artigo - capítulo de livro	Este trabalho debruça-se sobre a temática do Serviço Social na Educação, discutindo a inserção e o papel do trabalho dos assistentes sociais no ambiente escolar. O objetivo desse artigo é sistematizar a experiência profissional do assistente Social no colégio Nossa Senhora das Mercês durante 13 anos de atuação profissional. O presente artigo foi fruto da participação e mobilização no curso de extensão sobre a sistematização do trabalho do Assistente Social nas escolas privadas e confessionais no estado da Bahia, realizado nos dias 20 e 21 de maio e 05 de junho de 2021, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na área de Educação (GEPESSE/ UFBA). O artigo foi construído com todo suporte da equipe do GEPESSE-UFBA, com orientações on-line, via e-mail e WhatsApp, sobre o processo de construção e formatação do texto.
2021 - <i>O Serviço Social escolar: reflexões sobre a experiência profissional no colégio Sete de Setembro</i> - Jálita Valéria de Andrade	Artigo - capítulo de livro	Este artigo é produto do Curso de extensão sobre a sistematização do trabalho do Assistente Social nas escolas privadas e confessionais no estado da Bahia, realizado nos dias 20 e 21 de maio e 05 de junho de 2020, pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Serviço Social na Educação (GEPESSE), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O objetivo é refletir sobre as demandas postas ao Serviço Social em âmbito escolar privado/confessional, a partir da problematização do processo de trabalho do do/a Assistente Social na política de educação, bem como refletir teoricamente a sistematização da experiência profissional do Serviço Social no Colégio Sete de Setembro (SETE), cujo desafio para a concretização do direito à educação perpassa pelo enfrentamento das expressões da questão social, particularizadas nas contradições sociais do cotidiano escolar, a partir da oferta de bolsas de estudo à luz da Lei n. 12.101/2009 (Lei da Filantropia).
2021 - <i>O TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO COLÉGIO SOMA</i> - Lorena Melo da Silva	Artigo - capítulo de livro	O presente artigo foi fruto da participação no curso de extensão sobre a sistematização do trabalho do Assistente Social nas escolas privadas e confessionais no estado da Bahia, realizado nos dias 20 e 21 de maio e 05 de junho de 2020 e do relato de trabalho vivenciado no Serviço Social da Escola Soma, escola da educação infantil ao ensino fundamental II, situada no Bairro de Vila de Abrantes, na cidade de Camaçari no estado baiano. O interesse pelo tema surgiu a partir das observações e da vivência em lidar com Serviço Social na educação básica privada dentro da política de educação atual no cenário do nosso país. O estudo tem como objetivo elencar os aspectos gerais da política de educação e de modo mais específico na educação básica confessional.

Elaboração própria a partir de levantamento realizados em repositórios online.

3.2 Análise das instituições referenciadas na pesquisa

Durante a análise das produções acadêmicas, identificamos poucos estudos que retratam os espaços institucionais de ensino básico privado no Brasil onde o Serviço Social está inserido. As escolas encontradas nos estudos foram o Instituto Profissional Laura Vicunha, localizada em Campos dos Goytacazes no Rio de Janeiro; o Colégio Marista Araçagy, localizado em São Luís do Maranhão; o Colégio Dom Amando, localizado em Santarém no Estado do Pará; o Colégio Santa Clara, localizada em Santarém no Estado do Pará; os Quatro Colégios Maristas da Província Brasil Centro-Sul que são denominados Colégio Marista Arquidiocesano, localizado na cidade de São Paulo-SP; o Colégio Marista Paranaense, localizado em Curitiba-PR; o Colégio Marista Santa Maria, de Curitiba-PR e o Colégio Marista de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo. No Estado da Bahia, temos o Colégio Salesiano Dom Bosco, localizado em Salvador, o Colégio Nossa Senhora Das Mercês, o Colégio Sete De Setembro e a Escola Soma, totalizando doze escolas.

Todas as instituições analisadas, exceto a Escola Soma, localizada no Estado da Bahia, no qual a autora informa que a instituição dispõe apenas de natureza confessional, possuem caráter filantrópico, seguindo os parâmetros da Lei da filantropia nº12.101/2009 e algumas são autenticadas pelo CEBAS. Todas as escolas, com exceção da Escola Soma, realizam o trabalho filantrópico e devem destinar, de acordo com a lei, pelo menos 20% de sua receita bruta anual para ações filantrópicas, direcionando-as para a concessão de bolsas de estudos parciais ou totais, no qual as bolsas integrais serão concedida aos alunos cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 ½ (um e meio) salário mínimo, e as bolsas parciais serão concedidas aos alunos cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de três salários mínimos. É importante mencionar que nem todas as entidades filantrópicas que são regidas pela Lei nº12.101/2009 são certificadas pelo CEBAS. De acordo com Brasil (2015), a certificação é um processo que exige o cumprimento de requisitos específicos da legislação mencionada acima, como atuar com foco em populações vulneráveis, manter transparência financeira e cumprir as obrigações fiscais e trabalhistas. Portanto, uma entidade filantrópica pode atuar socialmente seguindo os parâmetros da lei citada, sem ser certificada pelo CEBAS.

O Serviço Social está presente nas doze instituições particulares mencionadas. Todas oferecem educação básica, dispendo do caráter filantrópico, e uma possui apenas natureza confessional. No artigo “O Trabalho Profissional Do Assistente Social No Colégio Soma”, Silva (2021) não menciona a realização de programa de bolsas de estudo na escola, nem sobre

a atuação do Serviço Social nesse contexto. Nos outros onze espaços, os assistentes sociais são contratados, especialmente, com a finalidade de gerir o processo de concessão de bolsas de estudo de acordo com os parâmetros da lei citados no parágrafo anterior, atuando de forma a garantir o acesso e a permanência de estudantes em situação de “vulnerabilidade social” nas instituições privadas.

A realização dos processos para concessão de bolsas de estudos parciais ou integrais são realizadas nas onze instituições mencionadas e seguem o mesmo padrão. Algumas produções detalham mais os procedimentos realizados nessa demanda, outros abordam de forma menos abrangente, porém, todas trazem a perspectiva de que essa é a principal atribuição do Serviço Social nas instituições. Sobre a composição de profissionais nas escolas, a maioria informa a presença de um assistente social em cada instituição, apenas no estudo “O Serviço Social em escolas privadas: Estudo sobre a inserção do Assistente Social em uma Escola Privada da Região Metropolitana de São Luís”, Silva (2019) se refere aos assistentes sociais no plural, o que indica que há mais de um profissional compondo o quadro de funcionários da unidade de ensino.

Os processos de trabalho que compõem a demanda de concessões de bolsas incluem a divulgação da abertura do processo seletivo, a exposição do edital, a retirada do requerimento para preenchimento pelos interessados. Após o preenchimento, esse requerimento, junto às documentações solicitadas aos pais e/ou responsáveis, é entregue na instituição. Os profissionais responsáveis por realizar a análise socioeconômica das documentações entregues são os assistentes sociais que, após avaliação, emitem o parecer deferindo ou indeferindo os candidatos, pautando essa decisão nos critérios estabelecidos pela lei de filantropia, indicando também se os candidatos deferidos se enquadram nas bolsas parciais ou integrais. Os instrumentais utilizados no referido processo em todas as instituições consistem em análise documental, entrevistas e visitas domiciliares, caso seja necessário conhecer de forma mais abrangente a realidade socioeconômica do candidato e, após a realização dos procedimentos, é realizada a emissão do parecer social. No estudo que aborda o instituto Laura Vicunha, Silva (2018) traz a particularidade de que as visitas domiciliares são realizadas após a concessão da bolsa e da matrícula dos candidatos aprovados, como uma forma de conhecer a realidade na qual os alunos estão inseridos e acompanhá-los durante sua permanência na instituição. No estudo “A prática cotidiana do assistente social na escola-privada”, que traz as experiências profissionais nos quatro Colégios Maristas da Província Brasil Centro-Sul, Gonçalves (2009) detalha, particularmente, que a decisão final sobre a concessão das bolsas para os candidatos

após análise do Serviço Social é tomada por uma comissão avaliadora, composta pela direção geral, gerência administrativa, direção educacional e assistente social do colégio.

Ainda no mesmo estudo, a autora informa que os assistentes sociais foram incorporados ao Núcleo Administrativo dos Colégios para gerir o processo seletivo de bolsas de estudo e que atuar nessa atribuição são suas prioridades, pois realizar esse programa demanda tempo e a estrutura organizacional estabelecida pela mantenedora requer atenção, além da gestão do processo ser obrigação estabelecida para o Serviço Social. As outras produções também dialogam sobre a prioridade em atuar com os processos de concessão de bolsas de estudo. Já na produção “A inserção do Serviço Social na educação básica: experiência de uma instituição de ensino privada e filantrópica de Santarém- Pará”, Rabelo, Honorato e Silva (2022) não esclarecem se o programa de concessão de bolsas de estudo implementado no Colégio Santa Clara segue as diretrizes da legislação, como nos outros textos, e não detalham a atuação da assistente social nesse contexto. Apenas mencionam que a assistente social inserida na instituição é responsável por coordenar o processo seletivo de bolsas de estudo, denominado Programa de Assistência Educacional (PAE).

3.3 Atribuições e competências do Serviço Social nas instituições de ensino básico privado

Apesar da contratação dos assistentes sociais nas instituições de ensino básico da rede privada mencionadas nesta pesquisa, ser realizada prioritariamente para a realização do programa de concessão de bolsas de estudo, a prática profissional não se limita a essa responsabilidade. Na instituição Laura Vicunha, Silva (2018) comenta que a assistente social da instituição também participa dos conselhos de classe, com o objetivo de entender e interligar os comportamentos dos alunos em sala de aula apresentados pelo olhar dos professores à realidade observada nas visitas domiciliares. Além disso, a profissional produz documentos descrevendo a realidade social e perfil dos alunos contemplados pela bolsa de estudos.

No artigo que dialoga sobre as experiências profissionais no Colégio Marista Araçagy, Silva (2019), identifica que a profissional na instituição realiza um trabalho multidisciplinar, atuando em conjunto com a equipe pedagógica no acompanhamento dos alunos com necessidades especiais, buscando possibilitar uma adaptação mais assertiva, viabilizando a inclusão e contribuindo para o desenvolvimento educacional destes. Esse trabalho resultou na criação do projeto de um Núcleo de Apoio Pedagógico a Alunos Portadores de Necessidades Educacionais Especiais, que visa o desenvolvimento de ações de apoio neuropsicopedagógico

aos estudantes matriculados na instituição que apresentem demandas relacionadas a transtornos de aprendizagem. Essa parceria com o pedagógico possibilita um fortalecimento nas ações de prevenção e intervenção contra as expressões da questão social que podem se apresentar na unidade de ensino. A assistente social atuando frente a estas demandas, pode intervir de forma efetiva inclusive em casos de grau mais elevado que necessite do apoio da rede socioassistencial.

No artigo “O trabalho do assistente social no programa de filantropia Cebas do Colégio Dom Amando-Santarém-PA”, as autoras Silva e Honorato (2022) discorrem sobre a assistente social realizar um trabalho crucial no atendimento com as famílias, alunos e os funcionários da instituição, desenvolvendo a escuta e atenção com aqueles que compõem o ambiente educacional. Nesse sentido, as autoras discutem também a importância da atuação do assistente social nas equipes multidisciplinares, direcionado para o acompanhamento contínuo dos alunos bolsistas. Nesses acompanhamentos, são vistos casos de conflitos vividos pelos alunos bolsistas, tanto no ambiente familiar como no educacional, observados nas expressões de bullying, dificuldade de adaptação e aprendizado, questões pessoais que interferem no processo de aprendizagem e, até mesmo, na saúde mental. O trabalho com outras equipes profissionais fortalece o apoio oferecido aos bolsistas, promovendo uma abordagem mais integrada e eficaz. Além desses, a autora discorreu sobre outras problemáticas mais recorrentes, como o “[...] desemprego, trabalho informal, famílias com pessoas com problemas graves de saúde e/ou pessoas com deficiência, crianças e adolescentes sem a referência paterna e sem pensão alimentícia e famílias com baixa renda” (Silva; Honorato, 2022, p.15). Essas questões podem interferir diretamente nos processos de adaptação dos alunos e no seu bem-estar.

No estudo que apresenta as experiências do Serviço Social no Colégio Santa Clara, as autoras Rabelo, Honorato e Silva (2022), apresentam outras atribuições da assistente social na instituição, tais como a sua participação em uma equipe multidisciplinar, que tem como composição, além do Serviço Social, a Psicologia e a Pedagogia, e sua integração em uma equipe de inclusão, composta por professores da assistência de educação especial (AEE) e da psicopedagogia. Essa articulação se revela significativa, pois permite o desenvolvimento de novas abordagens e intervenções para as demandas que surgem no cotidiano escolar de forma ampliada.

Na dissertação de mestrado “A prática cotidiana do assistente social na escola-privada”, Gonçalves (2009) discorre amplamente sobre outras atividades que os assistentes sociais exercem nos quatro Colégios Maristas da Província Brasil Centro-Sul, incluindo a continuação

do trabalho com os bolsistas, que não se resume apenas ao programa de concessão, mas também com o acompanhamento dos alunos durante a sua permanência na instituição junto com o pedagógico, estando atentos às dificuldades que esses alunos possam apresentar, além de suas questões pessoais e familiares que possam interferir no seu processo de aprendizagem e inclusão no novo ambiente escolar.

Gonçalves (2009) também menciona outra atribuição relacionada ao Serviço Social, sendo elas, o acompanhamento das situações de inadimplência dos familiares com a unidade escolar. Esta atividade não é exclusiva dos assistentes sociais, porém os profissionais assumiram essa responsabilidade por ser demanda necessária na instituição, além de que inicialmente esse trabalho era realizado apenas com as famílias dos bolsistas e, por demonstrarem competência nesse processo, os profissionais expandiram os atendimentos para todas as famílias inadimplentes.

É importante refletir sobre as implicações que essa atribuição pode causar, pois, ao assumir essa demanda, o Serviço Social pode se ver em uma posição contraditória. Por um lado, há a perspectiva de possibilitar a efetivação de direitos e o pleno acesso à educação, que está diretamente ligado ao compromisso com a inclusão social e outros fundamentos estabelecidos no código de ética profissional dos assistentes sociais. Por outro lado, ao atuar na regulação de famílias inadimplentes, o profissional pode acabar se colocando em um contexto em que a troca mercantil se sobrepõe, pois a instituição, sendo privada, prioriza seus interesses financeiros. Essa dualidade se torna problemática, pois o foco de atuação deveria ser o apoio às famílias e aos indivíduos inseridos na comunidade escolar e ao efetivar a função de cobrança, o profissional pode encarar uma tensão da natureza da profissão, que caminha para o atendimento às necessidades sociais e não os interesses mercantis das instituições.

Embora essa ampliação na atuação do assistente social tenha surgido a partir da competência demonstrada pelo profissional, é interesse que se reflita sobre como o trabalho pode se ver tensionado pela necessidade mercadológica das instituições educacionais privadas. Essa contradição pode surgir quando a profissão, voltada para a promoção de direitos, entra em tensão com a lógica do mercado, onde a cobrança e a regularização financeira das instituições se tornam prioridades. Além disso, segundo Marilda Iamamoto dialoga nos estudos “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” e “Serviço Social em tempo de capital fetiche”, o trabalho do assistente social torna-se uma mercadoria por ser uma profissão assalariada, portanto, o profissional está vendendo sua força de trabalho para um empregador. Diante disso, cria-se um valor de troca, no qual os profissionais devem estar atentos aos empregadores e as necessidades

da instituição, e ao mesmo tempo, devem ter como prioridade a atenção às necessidades da comunidade escolar. Esse cenário cria um conflito ético e profissional, pois os assistentes sociais se veem divididos entre promover a inclusão e a promoção de direitos fundamentais e garantir regulação financeira da instituição, de acordo com as necessidades dos empregadores, gerando uma contradição nas suas atribuições.

Gonçalves (2009) também dialoga sobre a colaboração do Serviço Social em outros segmentos, como no Núcleo Pastoral de cada Colégio Marista, que trabalha com os alunos, pais e funcionários, transmitindo valores cristãos e respeito ao ser humano e ao meio ambiente, utilizando a solidariedade como foco de atuação. Apesar dos assistentes sociais estarem inseridos em 4 colégios diferentes, a atuação junto a pastoral segue a mesma abordagem e, a atividade mais recorrente está relacionada a distribuição de alimentos e doações arrecadadas para a rede de serviços municipais, com realização de gincanas que acontecem anualmente, reafirmando a essência de solidariedade. De acordo com o estudo, a presença dos assistentes sociais auxilia nesse processo, direcionando esse foco para direitos, em oposição ao assistencialismo, com base nas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social. Além disso, os profissionais estão envolvidos em outras ações que a pastoral organiza, direcionado para projetos solidários, envolvendo os alunos, funcionários e suas famílias, como o projeto "Ombro Amigo", que realiza acompanhamento de alunos e funcionários em hospitais, e o "Encontro da Família Marista", um evento com atividades voltadas para as famílias dos funcionários. Estas práticas demonstram o interesse dos assistentes sociais, do núcleo da pastoral e dos funcionários em socializar com a comunidade escolar debates a cerca de uma sociedade mais justa e igualitária.

É interessante pontuar uma particularidade de inserção dos assistentes sociais em escolas privadas confessionais, relacionando-a às atribuições acima mencionadas. Nessas instituições, os valores católicos e a natureza religiosa são alicerçados e acabam orientando as práticas e as ações educacionais da instituição. Isso pode influenciar diretamente no trabalho do Serviço Social, pois, além da responsabilidade social inerente à profissão, os assistentes sociais se veem muitas vezes diante da expectativa de reproduzir os valores cristãos para as famílias e estudantes, nas suas intervenções. É importante destacar que muitos desses profissionais possam também compartilhar desses valores, mas, ao mesmo tempo, está posto um conflito contraditório com os fundamentos da profissão, ligados ao Código de Ética do Serviço Social, que preza pela liberdade de crença e pela promoção de direitos de maneira universal, sem impor valores religiosos ou ideológicos.

Além disso, é possível perceber uma visão mais arcaica sobre a atuação do Serviço Social por parte das famílias e às vezes das próprias instituições. A filantropia e o voluntariado, que têm suas raízes na tradição católica, estão ligados a forma como as pessoas percebem o papel do assistente social, pois essas práticas remetem ao passado do Serviço Social, quando a caridade exercia grande influência nas abordagens e nas ações assistenciais.

As tendências mencionadas se conectam diretamente com as concepções do neoliberalismo, que promove a ideia de que a solução para as desigualdades e para as questões sociais deve vir da iniciativa privada e das ações filantrópicas, em vez de políticas públicas estruturadas e universais. Essa perspectiva cria o risco de tensionar a atuação profissional dos assistentes sociais, pois suas intervenções, no contexto educacional privado, pode ser direcionada para práticas assistencialistas e para a reprodução de valores religiosos, ou até mesmo para execução de tarefas técnicas e burocráticas, ao invés de se concentrar na promoção de direitos sociais e na garantia do acesso à educação como um direito universal, ou de uma atuação abrangente, que valorize as potencialidades críticas e políticas da profissão.

Nesse sentido, Gonçalves (2009) dialoga sobre como o Serviço Social aproveita as ações para ressignificar concepções pré-definidas sobre assistencialismo e direitos sociais. Um dos profissionais inserido em uma das quatro escolas busca dialogar com os alunos e professores antes das gincanas sobre temas como direitos sociais, diferença entre assistencialismo e assistência social, construção da cidadania e funções do Estado, utilizando dinâmicas e músicas para estimular a reflexão sobre os temas citados. Essas ações contam com o apoio dos professores e da assessora pedagógica, demonstrando sua tentativa de quebrar paradigmas e promover uma nova compreensão entre os envolvidos. Dois profissionais mencionam particularidades nos processos de distribuição das doações arrecadadas nas gincanas, como a análise prévia dos locais que as recebem, incluindo visitas, dos materiais recebidos, elaboração de relatórios sobre as distribuições, criando mecanismos de acordo com sua bagagem teórico-metodológica, para que as doações aconteçam de forma qualificada.

Ainda em relação ao trabalho do Serviço Social com o núcleo da pastoral, Gonçalves (2009) dialoga sobre a participação de um dos profissionais, dentre os quatro mencionados no estudo, na ação “Caminhada Marista (CAMAR)”, que marca o retorno dos professores e funcionários ao trabalho no início do ano letivo. A CAMAR é um momento de socialização de vivências e valores, formando um clima organizacional agradável. O assistente social está integrado na comissão organizadora do evento, trabalhando de forma interdisciplinar com a pastoral e outros membros, como a equipe pedagógica. Outro aspecto importante mencionado

no estudo, é o trabalho de dois dos assistentes sociais no atendimento a alunos e famílias com questões que estão ou podem vir a interferir no processo de aprendizagem do discente, no qual o assistente social é chamado para atuar junto a equipe pedagógica na comunicação com a família, e se necessário, para o encaminhamento para a rede socioassistencial ou especialistas da área da saúde. O trabalho multidisciplinar com o pedagógico também se expande para intervenções em situações que indicam negligência familiar, em que os pais fornecem recursos materiais, mas não oferecem acompanhamento emocional, descuidando das necessidades das crianças. Há casos mais graves no qual a intervenção da instituição não é suficiente, como abuso físico, psicológico ou sexual. Nessas situações, o assistente social realiza os encaminhamentos necessários e, nos casos mais graves, direciona para o Conselho Tutelar. Essa atuação envolve lidar com situações de agressão, negligência e tortura psicológica, exigindo uma intervenção cuidadosa e eficaz para garantir a proteção e o bem-estar dos alunos.

Ainda no mesmo estudo, Gonçalves (2009) também destaca a contribuição de um dos quatro assistentes sociais mencionados, na inserção de conteúdos relacionados ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) na grade curricular do ensino fundamental. Esse projeto foi elaborado pelo referido profissional, com o objetivo não de criar uma disciplina, mas integrar esse conteúdo nos estudos existentes, para que ele seja abordado diariamente em sala de aula, com a intenção dos professores trabalharem o ECA de acordo com sua área de ensino. Entretanto, a implementação desse projeto enfrenta desafios, pois alguns professores têm o conhecimento limitado sobre o tema, além de alguns terem resistência em trabalhar com a legislação que é tão importante para a comunidade escolar. A intenção da ação se conecta com as demais atribuições do Serviço Social citadas no estudo, como a intervenção em situações de ameaça ao desenvolvimento dos alunos, apoio psicopedagógico à comunidade escolar e a disseminação de informações pertinentes sobre garantia de direitos e bem-estar.

Gonçalves (2009) também aborda a contribuição dos quatro assistentes sociais relacionada ao “bem-estar dos colaboradores”. O Serviço Social não está inserido no setor de recursos humanos (RH) ou do departamento pessoal (DP), mas os profissionais desempenham funções ligadas a esses setores e, de acordo com a autora, ao Serviço Social organizacional, com ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Os profissionais realizam atendimentos com os colaboradores dialogando sobre os benefícios institucionais oferecidos pela organização, e orientando como acessá-los. O DP é o setor responsável pela socialização desses direitos, porém os assistentes sociais recebem os outros profissionais com dúvidas e os auxiliam nesse processo. Outra atribuição relevante está

associada ao acompanhamento dos funcionários afastados por motivos de doença ou acidente, em que os profissionais realizam visitas domiciliares, orientam sobre os benefícios previdenciários e intermedia os contatos entre os trabalhadores necessitados e os serviços públicos. O auxílio na resolução de problemáticas e direcionamento de colaboradores que vivenciam “situações de vulnerabilidade” como dependência química, questões financeiras, conflitos no ambiente familiar e doenças, também faz parte das atribuições do Serviço Social, pois são questões que interferem diretamente o desempenho profissional e a vida privada dos colaboradores, por isso a intervenção e o direcionamento para serviços específicos se torna importante.

Embora a atribuição mencionada acima tenha sua importância, é interessante refletir sobre as implicações que surgem quando o assistente social se desloca de seu campo de atuação para atender às demandas administrativas e empresariais no ambiente escolar. Os setores mencionados, RH e DP, têm sua função voltada para gestão de pessoas e sua produtividade, além da análise de eficiência e cumprimento de metas e das normas da empresa, operando uma visão empresarial. Ao direcionar sua atuação para o auxílio desses setores, o Serviço Social pode envolver-se nessa abordagem empresarial, principalmente quando exerce tarefas que envolvem o controle da força de trabalho. Essa movimentação pode ir contra os princípios da profissão, e para que sua atuação não seja reduzida a um papel de disciplinamento e monitoramento da força de trabalho, o profissional deve manter sua postura crítica, pautando sua prática nos princípios éticos e políticos alinhados ao Código de Ética profissional. A atuação como um todo, deve compreender o questionamento das estruturas de poder, das desigualdades sociais e da promoção de um ambiente mais justo e inclusivo, tanto para os trabalhadores quanto para os estudantes.

Por fim, Gonçalves (2009) traz mais uma atribuição, que se trata da contribuição do Serviço Social para a efetivação de projetos de qualidade de vida, com ações como ginástica laboral, e iniciativas para o direcionamento de funcionários que querem ter acesso a formação profissional, como graduação ou especialização, socializando sobre direitos e possibilidades de qualificação. Os assistentes sociais mantêm contato com os trabalhadores durante esses e outros processos, oferecendo orientações necessárias, com foco na qualidade de vida dessas pessoas. Além disso, os assistentes sociais também estão integrados às demandas de recrutamento e seleção de novos profissionais para o setor administrativo, que no início ocorria apenas nas seleções para pessoas com deficiência, porém essa condição se ampliou para outras vagas, de acordo com as necessidades da instituição. Relacionada a essa atribuição, está o

acompanhamento dos jovens aprendizes contratados, no que diz respeito ao seu desenvolvimento e dificuldades, além das suas atribuições na instituição. Para além disso, a comunicação entre os assistentes sociais e as instituições de origem dos jovens é realizada constantemente. Nesse contexto, observamos uma atuação efetiva na plena inserção, integração e permanência tanto dos alunos quanto dos colaboradores na instituição, alinhada às necessidades das duas categorias.

No livro “Experiências Profissionais De Assistentes Sociais Em Escolas Privadas E Confessionais No Estado Da Bahia”, que traz em forma de capítulos, artigos que discutem as práticas do Serviço Social em quatro escolas confessionais da Bahia, as autoras abordam diversas atividades realizadas pelos assistentes sociais, que vão muito além da gestão de programas de concessão de bolsas de estudo. No artigo que dialoga sobre o Serviço Social no Colégio Salesiano Dom Bosco, as autoras Oliveira, Santana e Santana (2021) discorrem sobre como o trabalho com o referido programa não se resume apenas ao processo de concessão das bolsas de estudo, mas, no contínuo acompanhamento dos bolsistas de forma a garantir a inclusão e permanência desses alunos na instituição. São realizadas reuniões anuais, acompanhamento da frequência dos alunos, bem como das notas, emissão de relatórios de frequência para o programa Bolsa Família e elaboração de relatórios sobre quantitativos para a contabilidade da escola. O profissional tem o compromisso de participar da vida escolar dos alunos, fortalecendo o laço entre família e escola, visando o pleno desenvolvimento pedagógico do discente.

O estudo que dialoga sobre a inserção do Serviço Social no Colégio Nossa Senhora Das Mercês, Ferreira (2021) aborda o trabalho do assistente social em colaboração com o setor pedagógico, também com a finalidade de acompanhar os alunos bolsistas da instituição. O corpo pedagógico encaminha para o Serviço Social uma lista contendo os alunos que apresentam questões como, dificuldade de aprendizagem, desafios emocionais, agressividade, bullying, faltas excessivas, entre outras expressões. A partir dessa lista, o Serviço Social inicia o processo de investigação e análise junto às famílias, com o objetivo de identificar e trabalhar sobre as necessidades e dificuldades dos alunos e, se necessário, realizar o encaminhamento para rede socioassistencial para um atendimento mais amplo. Além disso, o Serviço Social também auxilia o setor financeiro, especialmente na análise de casos de alunos com bolsas de 50%, para garantir que não haja inadimplência. O assistente social também participa de reuniões com o corpo pedagógico, realiza atendimento com as famílias, desenvolve projetos sociais e institucionais, encaminha, quando necessário, casos para as redes socioassistenciais e emite

pareceres técnicos. Entende-se então, que o trabalho profissional do Serviço Social, para além do processo de concessão de bolsas, está voltado para a identificação e atendimento de demandas oriundas das expressões da questão social que perpassam o ambiente escolar.

No artigo que traz as experiências do Serviço Social no Colégio Sete de Setembro, Andrade (2021) discute sobre as principais atividades do Serviço Social na referida instituição, que vão além do Programa de Bolsa de Estudo (PBE), ampliando-se também para o Programa de Assistência ao Aluno Bolsista (PAAB), que visa promover e garantir a permanência dos estudantes bolsistas. Entre outras as atividades do Serviço Social, destacam-se tanto as atribuições exclusivas quanto as não exclusivas. As atribuições privativas incluem organização e avaliação de programas e projetos, atendimento e orientação a indivíduos e grupos inseridos na instituição, encaminhamentos a serviços públicos e parcerias privadas, realização de estudos socioeconômicos. Já as atividades não exclusivas envolvem visitas institucionais, representação da escola no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), participação em formações na área educacional, colaboração em reuniões pedagógicas e administrativas, além da realização de parcerias com outras instituições.

Andrade (2021) ainda discorre sobre como o atendimento do Serviço Social não está restrito aos alunos bolsistas e suas famílias, mas também está ampliado aos outros estudantes, suas famílias e colaboradores da instituição. Para cada atendimento, é realizado um registro que contém informações individualizadas, com acesso restrito ao/a assistente social. Os atendimentos podem ser feitos de forma abrangente ou individualizada, iniciando com o acolhimento e escuta do indivíduo para entender a situação na qual ele se encontra, e o fornecimento de orientações e busca de alternativas para intervenções. Além disso, a profissão “[...] dialoga horizontalmente com as coordenações de ensino, psicologia educacional e Serviço de Atendimento ao Aluno (que contempla ações específicas para estudantes com transtornos globais de aprendizagem e deficiência)” (Andrade, 2021, p.128). A atuação do Serviço Social na instituição concentra-se na identificação e intervenção nas desigualdades socioeconômicas e nas manifestações da questão social. Além disso, busca aprimorar programas e projetos, promover articulações com outros setores e utilizar os resultados dessas interações para refletir sobre e aprimorar a prática profissional. Dessa forma, contribui significativamente para a garantia e efetivação dos direitos dos indivíduos atendidos.

Por fim, no estudo “O Trabalho Profissional Do Assistente Social No Colégio Soma”, Silva (2021) nos traz as particularidades da atuação profissional do Serviço Social no Colégio Soma. Diferente das demais produções, que trazem a gestão dos programas de concessão de

bolsas de estudo como principal atribuição dos assistentes sociais nas instituições, a autora não dialoga sobre essa atividade no seu artigo. O colégio disponibiliza ensino básico regular, atendendo também alunos com necessidades especiais. O Serviço Social desempenha um papel central na instituição, focando nas necessidades dos alunos, professores, coordenadores, pais e responsáveis, participando ativamente da equipe multidisciplinar, composta por assistente social, coordenadores pedagógicos, psicopedagogos e pedagogos, além de profissionais de clínicas parceiras, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. A escola inclui alunos diagnosticados com necessidades intelectuais, físicas ou cognitivas, que necessitam de acompanhamento especializado, com foco também na saúde mental. O Serviço Social realiza o acompanhamento desde a admissão desses alunos, até a avaliação final de sua evolução social, observando alunos indisciplinados, com dificuldades de aprendizagem, ou com outras demandas. Análises profundas sobre a vida dos alunos são realizadas, para entender as causas desses e de outras problemáticas, e, a partir disso, são realizados acompanhamentos diários, bem como a comunicação com os familiares, quando necessário.

Silva (2021) discorre também sobre a autonomia que é disponibilizada para o Serviço Social na instituição, onde são providenciados meios para organizações das agendas, contendo as atividades diárias, agendamento de reuniões, organizando da melhor forma o contato entre família e escola. Além disso, uma atividade exclusiva do Serviço Social, é a realização de relatórios contendo a evolução dos alunos para instituições parceiras. Essa parceria tem como objetivo promover palestras e encontros sobre temas relacionados à rotina diária da instituição, como educação inclusiva, necessidades especiais, acompanhamento psicossocial e desenvolvimento escolar. O acompanhamento dos alunos da instituição é realizado de forma contínua, iniciando com a anamnese social, que é realizada na integração dos novos discentes, em que são coletados dados sobre suas vidas social e escolar, são realizados também acolhimento social, entrevista e acompanhamento social que compreendem atendimentos para identificar as particulares dos alunos, visando tratar de questões específicas deles ou de suas famílias e o seu monitoramento diário, especialmente aqueles com necessidades especiais. O relatório social contém as particularidades observadas nos acompanhamentos, e os encaminhamentos são usados para solicitar avaliações especializadas de outros profissionais, como psiquiatra, psicólogo, psicopedagogo e fonoaudiólogo, conforme a necessidade do aluno. Por fim, as reuniões são realizadas com alunos, pais e responsáveis, de forma individual ou em grupo, com a presença da coordenação quando necessário.

Ainda no mesmo estudo, Silva (2021) ainda traz mais atribuições do Serviço Social na Escola Soma, como a organização de encontros mensais com as turmas da escola, para discutir sobre desenvolvimento pessoal, empoderamento, inclusão social e outras questões importantes para o bem-estar dos alunos. A rotina da profissão é marcada por atendimentos e reuniões com os alunos e familiares, além da realização do contato com os outros profissionais e análises comportamentais para coleta de informações, a fim de registrar a evolução dos alunos e avaliar possíveis intervenções. Essa atuação profissional bem estruturada e integrada tanto com os outros profissionais quanto com os familiares e alunos visam promover o bem-estar dos alunos e um ambiente escolar igualitário e inclusivo.

3.4 Desafios e limites da profissão no contexto escolar privado

Os estudos também revelam os desafios e limitações enfrentados por esses profissionais no cotidiano de seu trabalho, os quais comprometem a plena execução de suas funções. Esse cenário está presente em todas as doze escolas abordadas, onde, em alguns dos estudos mencionados, os profissionais relatam que, apesar do reconhecimento de suas competências, continuam a se deparar com obstáculos que dificultam o alcance dos objetivos estabelecidos para suas atividades.

No texto que dialoga sobre a instituição Laura Vicunha, Silva (2018) menciona que a atuação profissional da assistente social está direcionada apenas para o processo de concessão de bolsas de estudo por ordem dos superiores, respondendo a demandas pontuais, o que limita sua capacidade de expandir e aprimorar sua atuação, impedindo o desenvolvimento de um trabalho mais abrangente e estratégico em relação aos alunos bolsistas e até mesmo não bolsistas, em suas diversas particularidades, inseridos na instituição. Em conformidade com essa ideia, a autora traz o exemplo do projeto “Escolas para pais”, criado e implementado pelo Serviço Social na instituição, com o objetivo da escola e os familiares se conectarem e conversarem sobre as problemáticas que podem ou afetam a vida dos alunos, a fim de criar uma rede de apoio para auxiliar na resolução dessas demandas. Apesar da iniciativa ser criativa e importante, o projeto foi descontinuado pela direção, com a justificativa de que a assistente social deveria apenas focar no processo seletivo de bolsa de estudos.

Diante do exposto, refletimos sobre como o Serviço Social está sujeito a enfrentar limitações no desenvolvimento intelectual e político do trabalho, enfraquecendo suas potencialidades. Essa é uma discussão progressiva dentro da profissão, pois, em muitos espaços

sócio-ocupacionais, de acordo com o debate de estudiosa Maria Lúcia Duriguetto, o trabalho dos assistentes sociais tem sido progressivamente voltado para processos de caráter técnico-burocrático, com foco em procedimentos e normativas que, muitas vezes, desconsideram ou enfraquecem a reflexão crítica e a ação política dos profissionais. Entendemos isso quando o profissional da instituição Laura Vicunha busca aumentar seu espaço de atuação dentro da escola, mas não consegue, com a justificativa de que sua principal função é a de gerir o processo seletivo de bolsas de estudo. Essa discussão também está presente em estudos sobre assistência estudantil no campo do ensino superior, especialmente em relação à atuação profissional nos programas de bolsas de estudo e auxílios, que, assim como na educação básica privada, o trabalho profissional tem como prioridade a distribuição de recursos, reduzindo a ação do assistente social à realização de procedimentos para a liberação de benefícios, sem garantir que esses recursos efetivamente contribuam para a melhoria do processo educacional do estudante.

Embora a concessão de bolsas de estudo seja importante para ampliar o acesso ao ensino básico e superior para estudantes em “situação de vulnerabilidade social”, também tem gerado um processo de “bolsificação” das políticas de assistência estudantil. Essa discussão está presente de forma mais ampla no artigo “Reflexões acerca do exercício profissional do Serviço Social na assistência estudantil na educação superior”, em que os autores Junior, Soares, Oliveira e Dutra (2018) discutem amplamente sobre a atuação profissional do Serviço Social ligada ao processo de “bolsificação”, em que as ações dos assistentes sociais limita-se aos processos de avaliação de necessidades para concessão de benefícios, muitas vezes sem um planejamento mais estratégico que envolva o fortalecimento de uma política educacional que combata as desigualdades estruturais de forma mais ampla. Esse contexto desafiador também está presente nos estudos mencionados nesta pesquisa. É preciso, portanto, sempre buscar restabelecer a dimensão política e crítica do trabalho profissional, garantindo que as ações de assistência estudantil se integrem a um projeto educacional mais amplo, que vá além da distribuição de bolsas e auxílios, visando intervenções que possibilite acesso, permanência, inclusão e o pleno desenvolvimento dos alunos, além de qualidade de ensino, tanto no ensino básico como no superior.

Além do desafio anteriormente citado, Silva (2018) também traz considerações sobre o fato do Serviço Social responder diretamente à direção, o que caracteriza a atuação da profissão nos espaços privados. Concordamos com a autora ao afirmar essa situação como uma limitação, pois os profissionais, que estão vendendo sua força de trabalho, são obrigados a seguir as ordens de seus superiores. Por receio de serem penalizados, acabam aceitando decisões que nem

sempre estão sintonizadas com os princípios da profissão. No contexto da instituição, isso impacta a efetivação dos direitos dos alunos e seus familiares, além dos processos de acolhimento, prejudicando a atenção às suas necessidades e podando as potencialidades do Serviço Social, resumindo sua atuação a práticas tecnicistas e burocráticas.

Outro ponto abordado por Silva (2018) foi a dificuldade enfrentada nas visitas domiciliares, uma vez que a profissional utiliza o transporte público (ônibus), já que o veículo da escola é raramente disponibilizado, mesmo para deslocamentos a locais mais distantes. A autora também destaca que a instituição conta com apenas uma assistente social que, por ser a única responsável pelo processo seletivo de bolsas e por outras demandas do setor, acaba não interagindo com os demais profissionais. Isso a impede de participar de outras equipes de trabalho e de contribuir com sua expertise nas diversas áreas da instituição.

No artigo que traz as experiências no Colégio Marista Araçagy, Silva (2019) destaca como um desafio profissional a atuação diante das dificuldades e “situações de vulnerabilidade” que alunos e suas famílias podem enfrentar, especialmente em função da flexibilização das relações de trabalho no cenário econômico e social atual. Sendo uma instituição de ensino privada, as condições econômicas podem variar, o que torna as transições mais difíceis para os alunos. Além disso, o atendimento com alguns discentes e suas famílias se configura como uma dificuldade na unidade de ensino, pelo fato de que estes carregam um olhar estereotipado e preconceituoso sobre o Serviço Social, pelo fato de a profissão historicamente estar sempre relacionada ao atendimento às camadas mais vulneráveis da sociedade. Por isso, existe um certo receio e até negação em dialogar com o setor. Essa questão também é observada pela assistente social no Colégio Dom Amando, em que as autoras Silva e Honorato (2022) trazem a visão da assistente social, que menciona a dificuldade em relação aos estereótipos relacionados à profissão, onde muitos indivíduos ainda associam o trabalho do assistente social à ideia de caridade, portanto, supõem que é de sua obrigação a concessão de benefícios para todos, sem considerar os critérios legais e sociais exigidos.

Para além disso, Silva e Honorato (2022), no mesmo estudo, mencionam algumas dificuldades para gerir as demandas do Serviço Social. No processo de seleção e renovação das bolsas, a quantidade de indivíduos interessados em se candidatar é grande, portanto, o suporte para esse segmento acaba sendo defasado, havendo a dificuldade em realizar um atendimento expansivo e, infelizmente, isso acontece anualmente. Além disso, a profissional menciona a dificuldade de orientar e coordenar a equipe de funcionários envolvidos no processo, pois exige organização e alinhamento das ações. Outro desafio significativo está na operacionalização dos

sistemas utilizados pela instituição, que precisam de constante atualização e adaptação por parte das equipes.

Sobre os desafios do Colégio Santa Clara, Rabelo, Honorato e Silva (2022), citaram no estudo que um dos maiores desafios vivenciados pelo Serviço Social na instituição é a valorização e o reconhecimento do fazer profissional da assistente social pelos outros profissionais que compõem o espaço escolar. Embora a importância da profissional seja reconhecida pela gestão, especialmente pela sua inserção nas equipes multidisciplinares, observa-se que essas equipes tendem a reduzir sua atuação à coordenação do processo seletivo de bolsas de estudo, o que acaba desvalorizando seu trabalho e sua contribuição no contexto institucional. Assistentes sociais inseridos nas instituições educacionais podem contribuir para a transformação social ao realizar intervenções pertinentes para que o ambiente educacional se torne mais igualitário. Portanto, é importante que, para além da gestão, os colegas de trabalho e a comunidade escolar entendam a importância da profissão nesse contexto.

No estudo “A prática cotidiana do assistente social na escola-privada”, Gonçalves (2009) também dialoga sobre os desafios e limites que estão presentes no cotidiano dos assistentes sociais dos quatro Colégios Maristas da Província Brasil Centro-Sul. Essas questões vão além de procedimentos técnicos, pois envolvem também obstáculos estruturais que demandam iniciativas e habilidades profissionais. Inicialmente, no texto, os assistentes sociais mencionam uma autonomia limitada no fazer profissional, pois os processos são definidos, em sua maioria, pela instituição. Seguir protocolos são essenciais para garantir a eficiência do trabalho, porém a rigidez nos processos pode restringir o potencial profissional, o que dificulta a implementação de novas práticas e ideias, tornando o trabalho burocrático sem espaço para criatividade. Esse desafio também é descrito nos outros estudos, em que os profissionais sentem que sua atuação fica engessada e restrita às ações burocráticas e a responder às obrigações impostas pelas instituições empregadoras.

Outra questão abordada por Gonçalves (2009) em seu estudo, é a falta de tempo dos assistentes sociais para dar conta de todas as demandas impostas ao setor de forma abrangente, o que pode comprometer o desenvolvimento de novos projetos que beneficiariam a instituição. Durante o processo de concessão de bolsas sociais, é necessária a realização da análise de uma grande quantidade de documentos e a realização da entrevista com todas as famílias é parte do processo, porém os assistentes sociais declaram que não conseguem fazer essa demanda com êxito, visto a falta de tempo hábil e a grande demanda de trabalho. Portanto, a realização das entrevistas ocorre apenas quando a situação da família não está clara o suficiente de acordo com

as documentações. Outra questão abordada é a carga horária que não condiz com a quantidade de atividades impostas ao Serviço Social, os profissionais relatam que o tempo de trabalho disponível é insuficiente para atender todas as demandas de maneira eficaz.

Na mesma dissertação de mestrado, Gonçalves (2009) também aborda um ponto importante que é a dificuldade do Serviço Social em lidar com as famílias que possuem uma resistência em buscar apoio do setor. Muitas pessoas ainda associam e resumem o trabalho do Serviço Social a ações ligadas à pobreza e assistencialismo, apesar do grande avanço da profissão. Por esse motivo, existe o desconforto dos familiares em serem atendidos pelos assistentes sociais na instituição, porém os profissionais foram aos poucos conseguindo estabelecer um vínculo, inclusive com os alunos, construindo espaços de escuta e diálogo construtivo, estabelecendo relações de confiança com a comunidade escolar. A resistência mencionada acima também tem ligação com a “nova pobreza”, no qual discorremos anteriormente, que é caracterizada por famílias que vivem situações de dificuldades financeiras temporárias, com expressões como desemprego, mudanças de padrão de vida repentinas, que colocam essas famílias em “situações de vulnerabilidade” transitória, o que gera a busca por alternativas para manter-se no padrão de vida. Porém, ainda é visualizada uma resistência em buscar suporte dos assistentes sociais na instituição. Essa resistência também está presente nas famílias que se candidatam ao programa de concessão de bolsas sociais. Os profissionais relatam que alguns familiares se sentem constrangidos no ato da entrevista e da visita domiciliar. Nessas situações, os assistentes sociais devem ter uma visão integrada da realidade dessas famílias, reconhecendo suas particularidades e evitando estigmatizar aqueles que, anteriormente, poderiam arcar com as mensalidades integrais, mas que, devido a circunstâncias imprevistas, não conseguem mais fazê-lo.

Ainda na mesma perspectiva, Gonçalves (2009) relata, de acordo com as experiências dos quatro assistentes sociais mencionados no estudo, o desafio que é o acompanhamento das inadimplências dos alunos matriculados. A identificação dos motivos da falta de pagamento dos compromissos escolares é um processo delicado. Esse sistema de cobrança não se limita apenas ao tempo necessário para a análise e elaboração de relatórios, mas também ao contato com as próprias situações de vulnerabilidade enfrentadas pelas famílias, o que pode gerar desconforto, especialmente ao lidar com responsáveis financeiros. Inicialmente essa ação estava voltada apenas aos bolsistas, mas essa atividade se expandiu para toda a comunidade escolar, o que gera muitas análises a serem feitas e de contatos a serem realizados, tornando essa atividade demorada e exigindo tempo e dedicação dos assistentes sociais.

Por fim, Gonçalves (2009) dialoga sobre a dificuldade dos profissionais em conquistar seu espaço dentro das instituições. As pessoas da comunidade relacionam e acreditam que o trabalho do Serviço Social está voltado apenas para o programa de concessão de bolsas de estudo, o que impede o reconhecimento completo de suas atribuições e de sua importância no contexto escolar. Existe também a falta de valorização dos outros profissionais, o que dificulta a atuação mais ampla dos assistentes sociais na escola. Embora seja um processo gradual que exige um esforço contínuo para superar tais obstáculos, os profissionais vêm conquistando as outras categorias profissionais e novos espaços de atuação. Os assistentes sociais mencionam também a falta de investimento para o desenvolvimento de projetos em prol da comunidade escolar. Não existe orçamento para o Serviço Social, isso limita a atuação profissional no contexto escolar e o desenvolvimento de novas ações e expansão de sua atuação.

Na mesma linha de limites e desafios, destacamos, de acordo com o estudo de Gonçalves (2009), a necessidade da realização de capacitação profissional. Para que possa cumprir seu papel de maneira efetiva e abrangente, os assistentes sociais precisam de um constante aperfeiçoamento profissional, visto a possibilidade de atuação em outros segmentos dentro da unidade escolar. Essa oportunidade requer uma atualização constante para que os projetos sejam implementados com qualidade, portanto os profissionais precisam buscar capacitação contínua. Mas, de acordo com o estudo, as escolas mencionadas não oferecem esse tipo de serviço.

Os desafios presentes nos quatro artigos inseridos no Livro “Experiências Profissionais De Assistentes Sociais Em Escolas Privadas E Confessionais No Estado Da Bahia” estão associados ao processo de ampliação das intervenções profissionais e no reconhecimento do trabalho do Serviço Social por parte das outras equipes e também das famílias. No Colégio Salesiano Dom Bosco, as autoras Oliveira, Santana e Santana (2021) discorrem sobre o fato de ter apenas um assistente social na instituição restringe a atuação profissional, portanto muitas vezes o trabalho é realizado de forma burocrática, sem compreender com mais profundidade as particularidades de cada caso. No Colégio Nossa Senhora Das Mercês, Ferreira (2021) traz a dificuldade do profissional de Serviço Social com a equipe de gestão e outros setores da escola em manter o sigilo das informações dos estudantes assistidos e suas famílias. A criação de mecanismos e espaços de diálogo é essencial para discutir propostas que atendam à realidade escolar, promovendo uma participação responsável e transparente, sem expor indevidamente as informações dos envolvidos. Além disso, a autora também traz a importância da ampliação da atuação profissional, visto o potencial da profissão em trabalhar junto às famílias e outras

equipes, oferecendo orientações socioeducativas e realizando um acompanhamento contínuo, priorizando a construção de soluções a longo prazo.

No artigo que dialoga sobre o Colégio Sete de Setembro, Andrade (2021) também traz a necessidade da ampliação da autonomia profissional. Todas as propostas e ações realizadas pelo Serviço Social precisam de aprovação dos superiores, estando ainda dependente da disponibilização de recursos. Esse processo limita a atuação profissional, além de imergir os profissionais nas exigências da instituição empregadora. A autora discorre sobre a necessidade do fortalecimento das ações interdisciplinares para auxiliar na promoção da valorização das particularidades dessa área dentro do contexto escolar, sendo uma alternativa para ampliar sua visibilidade e importância.

No estudo que traz as particularidades do Serviço Social No Colégio Soma, Silva (2021) relata que o Serviço Social é extraordinariamente valorizado pela instituição e suas equipes, além do reconhecimento da importância do seu trabalho pelas famílias e os alunos. O principal desafio visto, está na receptividade, bem como no aceite de algumas famílias nas intervenções da profissão. Porém, a autora explica que, para lidar com essa atitude por parte das famílias, o profissional persiste na explicação sobre a atuação profissional, para assim avançar com êxito no acompanhamento e apoio aos alunos.

Observamos, ao dialogar com os textos, que os desafios enfrentados pelos assistentes sociais nas escolas mencionadas não são apenas relacionados à execução de tarefas, mas também na construção de um reconhecimento mais amplo do seu papel, na adaptação constante a novas realidades sociais e na necessidade de um espaço maior de atuação dentro da instituição escolar, além da ampliação de recursos para a melhoria atuação dos profissionais. Há outras questões estruturais que perpassam o contexto educacional, relacionadas não só aos desafios, mas também nas atribuições. Os profissionais, respondendo às necessidades da gestão, executam atividades que estão associadas às determinações mercadológicas das instituições, possibilitando a execução de intervenções meramente burocráticas. Em algumas escolas, os profissionais conseguem avançar nas questões que realmente necessitam do Serviço Social, expandindo suas intervenções para ações que auxiliem a comunidade escolar. Em outras, os profissionais são direcionados a priorizar apenas o processo de concessão de bolsas de estudo, ou até mesmo outras atividades ligadas aos processos administrativos da instituição. Percebe-se, assim, a necessidade dos profissionais buscarem aprimoramento contínuo e ampliar sua postura política e crítica, sempre alinhada ao projeto ético-político da profissão, com o objetivo

de atender de forma efetiva à comunidade escolar e suas demandas, no âmbito das competências da profissão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscamos compreender a inserção e as características de atuação do Serviço Social no ensino privado. Para isso, inicialmente fizemos um resgate histórico sobre a instituição da educação privada e do Serviço Social na sociedade brasileira, discutindo os avanços dessas categorias e como as transformações sociais, políticas e econômicas causadas pelo capitalismo e seus ideais impactaram no desenvolvimento desses setores no país. Além disso, realizamos uma pesquisa bibliográfica que abrangeu oito produções sobre o tema, explorando as experiências de assistentes sociais em diversas instituições de ensino básico privado no Brasil, identificamos as atribuições profissionais em cada instituição, os desafios presentes nessa esfera, os limites que os profissionais encontraram para se estabelecer nas escolas e um pouco das possibilidades de atuação.

A análise histórica e teórica nos permitiu observar como as transformações políticas, econômicas e sociais no Brasil, especialmente após consolidação do sistema capitalista e, posteriormente, a ascensão do neoliberalismo, moldaram a educação e as práticas profissionais do Serviço Social no país. Desde o início, existiu um conflito entre os interesses privados, inicialmente vinculados à Igreja Católica, e as tentativas de consolidação das instituições públicas. Com a chegada do novo sistema econômico, a iniciativa privada, que passa a ser caracterizada pelo empresariamento e domínio do capital, fortaleceu a ideia de privatização dos serviços públicos e, no que diz respeito ao ensino, a ideia de mercantilização da educação foi sendo cada vez mais ampliada. Ao realizar o resgate histórico, entendemos que em nenhum momento o acesso à educação foi democrático. Os interesses privados sempre prevaleceram e o ensino de qualidade esteve sempre voltado apenas para quem tinha condições de arcar com tal. A maior parte da população tinha apenas acesso a uma educação precária, ou nem chegavam a ter esse alcance. Isso representa as distinções de classes que foram sendo cada vez mais aprofundadas, resultando em desigualdades sociais e econômicas e no acesso aos bens e serviços.

A partir disso, ocorreu o estabelecimento do Serviço Social no Brasil, que foi profundamente influenciado pelas mudanças mencionadas acima. Em seu princípio, a profissão esteve ligada à Igreja, com práticas de cunho assistencialista e filantrópico, mas, com o avanço das mudanças estruturais na sociedade brasileira, o Serviço Social se reestruturou, adotando uma postura mais crítica em relação às desigualdades sociais e às estruturas de poder. Assim, os assistentes sociais começaram a atuar em diversas áreas, com o objetivo de lidar com as

desigualdades, promover a autonomia dos indivíduos e sua consciência crítica, oportunizar o acesso a direitos fundamentais, além de defender os direitos da classe trabalhadora e buscar a universalização do acesso a serviços essenciais.

Com a abertura dos ideais neoliberais no país, houve um fortalecimento das desestatizações e privatizações dos serviços, além da transferência da responsabilidade do Estado para a sociedade civil e o setor empresarial em relação às políticas públicas. Esse processo impactou diretamente o acesso à educação, consolidando ainda mais o ensino privado como um bem de consumo e aprofundando as desigualdades no acesso e na qualidade do ensino. Nesse contexto, as organizações do chamado “Terceiro Setor”, especialmente as ONGs, avançaram significativamente. Parte dessas instituições, algumas de caráter filantrópico, passaram a assumir a intervenção social subsidiada pelo Estado, que transferia sua responsabilidade para essas organizações. Dentre algumas legislações que respaldam esse cenário, destacamos a Lei da filantropia nº 12.101/2009 e a Lei complementar nº 187/2021, que regulam os procedimentos para a isenção das contribuições à Seguridade Social. Essas leis permitem a isenção fiscal de entidades que atuam em áreas sociais, o que beneficia diretamente o trabalho das organizações não governamentais e filantrópicas.

Nesse sentido, é importante destacar a educação como uma área de atuação do Serviço Social que, embora presente desde o início da profissão, ganhou novas projeções a partir da década de 1990, com os esforços da categoria para regulamentar a inserção de assistentes sociais nas instituições de ensino, tendo como marco a institucionalização da Lei nº 13.935/2019. Porém, essa discussão esteve muito voltada para a educação superior e o ensino básico público. As argumentações sobre Serviço Social na educação básica privada ainda são escassas, apesar de ser um espaço de atuação que compreende também manifestações da questão social que perpassam a vida dos estudantes e podem interferir no seu processo de aprendizagem e até mesmo na sua vida pessoal. Portanto, é necessário que se amplie esse debate, para que este ganhe força e avance em busca de uma regulamentação que incida também nas escolas privadas.

Com interesse de conhecer as realidades dos profissionais inseridos nesse espaço sócio-ocupacional e avançar com este debate, no terceiro capítulo fizemos uma revisão bibliográfica, na qual buscamos estudos que abordassem o Serviço Social na educação básica privada, trazendo as experiências profissionais dos assistentes sociais em doze escolas diferentes, em diversos Estados do Brasil. Ao realizar a leitura desses trabalhos, identificamos algumas particularidades. A maioria dos assistentes sociais estão inseridos em instituições de ensino

básico privadas que têm um caráter filantrópico, muitas delas vinculadas à Igreja Católica e com uma abordagem confessional. Alguns estudos não abordam diretamente essa característica, mas discutem atribuições compatíveis com esse segmento. Dentre as doze escolas analisadas, onze mencionam a regulamentação da Lei nº 12.101/2009 e algumas mencionam a certificação do CEBAS, o que exige delas a comprovação de que destinam pelo menos 20% de sua receita anual para ações sociais, que geralmente são transformadas em concessão de bolsas de estudo para estudantes de perfil socioeconômico vulnerável. Essa legislação condiciona o trabalho dos assistentes sociais nas escolas privadas, que são contratados pelas instituições para realizar o processo seletivo de bolsas de estudo, sendo responsáveis por realizar o estudo socioeconômico dos candidatos. No entanto, é importante mencionar que, apesar das bolsas de estudo, a inserção desses alunos nas instituições pode refletir e até reproduzir desigualdades e preconceitos, por compreender diversas realidades sociais, evidenciando que o papel do Serviço Social vai muito além da simples concessão de bolsas de estudo.

Ao realizar a sistematização dos dados da pesquisa bibliográfica, entendemos que a principal atribuição dos assistentes sociais nas instituições, é operacionalizar o processo de concessão de bolsas de estudo. Apenas uma instituição não menciona essa atribuição, a Escola Soma, que oferece ensino básico e inclui alunos diagnosticados com necessidades intelectuais, físicas ou cognitivas, que necessitam de acompanhamento especializado, com foco também na saúde mental. O papel do assistente social nessa instituição está voltado para a realização do acompanhamento desses alunos, observando crianças indisciplinadas, com dificuldades de aprendizagem, ou com outras demandas. No mais, as outras onze escolas trazem como principal demanda do setor, a realização todas as etapas do processo seletivo de bolsas de estudo. Porém, percebemos também uma abertura para um leque de intervenções associadas a esse processo e até mesmo outras possibilidades de atuação, de acordo com a autonomia adquirida pelos profissionais.

Separamos algumas particularidades importantes que constituem essa atuação nas instituições mencionadas. Inicialmente, gostaríamos de abordar o trabalho multidisciplinar que os assistentes sociais realizam, no qual estes colaboram com outras equipes e profissionais, como professores, pedagogos, psicólogos e gestores, em busca de criar alternativas para a promoção de um ambiente escolar mais igualitário, além de dialogar sobre as necessidades dos alunos observadas no cotidiano e, até mesmo, em sala de aula, para que os profissionais consigam auxiliá-los em suas dificuldades seja de aprendizado, cognitiva ou até mesmo social.

Além disso, há um movimento de monitoramento da frequência dos alunos, com o objetivo de identificar e intervir em casos de evasão escolar ou outras dificuldades que possam impactar o aprendizado. Notamos também que o trabalho de escuta com as famílias, alunos e funcionários também faz parte da rotina de alguns assistentes sociais. Ao manter um canal de diálogo aberto, os profissionais conseguem identificar problemáticas que impactam diretamente no desempenho escolar e nas relações dentro da instituição. Além disso, alguns estudos mencionam o acompanhamento de alunos bolsistas nessa mesma linha de atuação, que é uma responsabilidade que envolve o monitoramento do bem-estar social dos alunos, garantindo que eles tenham o suporte necessário para continuar seus estudos com qualidade e sem interrupções. Alguns profissionais também participam ativamente das reuniões com o corpo pedagógico, proporcionando uma visão profissional dos obstáculos que afetam o desempenho dos alunos e contribuindo para a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes.

É importante mencionar que existe também um diálogo entre os assistentes sociais e a comunidade escolar, a fim de informar sobre seus direitos e deveres, como, por exemplo, debater sobre o que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também dialogar sobre as atribuições profissionais do Serviço Social, desmistificando a visão ultrapassada associada ao assistencialismo e ressaltando as bases contemporâneas da profissão. Percebemos que alguns assistentes sociais trabalham na tentativa de assegurar que todos os envolvidos no ambiente escolar compreendam a relevância de sua atuação e as responsabilidades que cada um possui dentro desse contexto.

Também observamos que há uma movimentação em relação aos assistentes sociais buscarem desenvolver projetos sociais e institucionais, bem como ações de conscientização para despertar o pensamento crítico naqueles que compõem o ambiente escolar. Há também a particularidade dos casos mais complexos, em que são realizados encaminhamentos dos alunos e suas famílias para serviços da rede socioassistencial, buscando parcerias que possam ampliar o apoio e os recursos disponíveis para a resolução das situações. Ao observar as expressões da questão social presentes nesse contexto, os profissionais buscam realizar intervenções em busca de minimizar as problemáticas vividas pelos alunos, que podem estar relacionadas ao contexto familiar, social, mental ou econômico

Há duas atribuições interessantes que foram mencionadas nos estudos, que é a verificação de inadimplência dos alunos, no qual os profissionais fazem esse levantamento e ainda oferecem orientações financeiras e encaminhamentos para a resolução dessa questão às famílias a fim de evitar que a situação prejudique o rendimento escolar dos envolvidos. E o

trabalho com os funcionários, em que o profissional está presente para oferecer apoio psicológico e social, além de realizar ações que promovam a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e a socialização de direitos, tendo uma postura alinhada aos setores de RH ou do DP. É importante mencionar que em muitas dessas instituições, especialmente nas que possuem características confessionais ligadas à Igreja Católica, o assistente social também realiza ações voltadas para o segmento religioso, mantendo uma ligação entre a educação e os valores religiosos. Isso pode incluir a organização de eventos e atividades que promovam a solidariedade, a cidadania e o respeito mútuo, com base nos princípios cristãos.

Ainda que haja uma abertura para atuação nessas instituições, notamos, com a análise dos estudos, que apesar de realizar outras demandas, sempre é reforçado que o processo de concessão de bolsas de estudo permanece sendo a atribuição principal dos assistentes sociais e, para além disso, algumas outras intervenções não estão alinhadas ao projeto profissional do Serviço Social, podendo muitas vezes estar mais ajustadas às necessidades da instituição e da lógica mercadológica do que dos alunos e seus familiares. O reconhecimento das potencialidades do trabalho profissional é um, dentre tantos desafios mencionados neste estudo, em que a maioria dos profissionais dialogam sobre dificuldades como, o desconhecimento sobre o que de fato deve ser atribuição do Serviço Social, por exemplo, o que um assistente social faz e porque ele está no ambiente educacional. Também observamos relatos sobre como alguns familiares ainda associam essa atuação à caridade e assistencialismo, com traços de preconceito e receio ao serem atendidos pelos profissionais. As limitações no que se refere a autonomia profissional também são bastante presentes, o que nos faz entender que o avanço no debate sobre a inserção do Serviço Social nas escolas privadas é de suma importância, para que todos conheçam de fato as potencialidades da profissão e como ela pode contribuir para a promoção de um ambiente escolar mais igualitário, sendo reconhecida como uma profissão importante e necessária para auxiliar na promoção do acesso a políticas educacionais, atuar nas expressões da questão social, identificar problemas fora da escola que possam impactar o desempenho ou a frequência escolar, e promover projetos que fortaleçam os laços escolares e orientem toda a comunidade.

Entendemos que a partir deste estudo, novos temas podem ser trabalhados em outras pesquisas, a fim de aprofundar mais o diálogo sobre a inserção do Serviço Social na educação básica privada, investigando problemáticas como, o que de fato regulamenta a profissão nesse espaço sócio-ocupacional? Por que ainda não debatemos de forma aprofundada sobre essa inserção? Como a categoria precisa se articular para expandir esse reconhecimento, para que as

atuações profissionais não fiquem restritas e engessadas as demandas burocráticas, relacionadas apenas às necessidades das instituições? Trazemos ainda uma análise sobre não terem estudos sobre essa temática no estado de Pernambuco, apesar de termos experiências profissionais nesse segmento em instituições na cidade do Recife. Este trabalho abre espaço para a realização de outras pesquisas que resgatem essa realidade pensando nas particularidades locais, que possam debater as experiências profissionais dos assistentes sociais inseridos nas instituições, dialogando sobre atribuições e competências nesse segmento. Esse seria um objeto de estudo que complementaria o presente trabalho de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS

ALVES, Manoel. **A histórica contribuição do ensino privado no Brasil**. Educação, Porto Alegre, v. 32, n. 1, p. 71-78, jan./abr. 2009.

ANDRADE, Járlita Valéria de. **O Serviço Social escolar: reflexões sobre a experiência profissional no Colégio Sete de Setembro**. In: FÉRRIZ, A. F. P. (Org.). Experiências profissionais de assistentes sociais em escolas privadas e confessionais no estado da Bahia. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 113-132. Disponível em: <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_adriana_f._02-03_1_publicar-aprovado-min_1> Acesso em: 14 fev 2025.

ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS E MCKINSEY, INC. **Empreendimentos sociais sustentáveis: como elaborar planos de negócio para organizações sociais**. São Paulo: Peirópolis, 2001.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 16 mar. 2025.]

BRASIL. Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. **Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm> Acesso em 20 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. **Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_ato2019-2022/2019/Lei/L13935.htm> Acesso em 01 mar. 2025.

BRASIL. Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021. **Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp187.htm> Acesso em 20 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior. **O que é CEBAS educação?: guia prático sobre a certificação de entidades beneficentes de assistência social na área da educação**. Brasília: MEC, 2015. Disponível em: <https://cebas.mec.gov.br/images/pdf/cartilha_versao_23032018.pdf> Acesso em: 27 fev. 2025.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 15 fev 2025.

CALEGARE, M. G. A.; SILVA JUNIOR, N. A. **“construção” do Terceiro Setor no Brasil: da questão social à organizacional.** Psicologia Política. v. 9, n. 17, p. 129-148, jan./jun. 2009.

CFESS. **Serviço Social na Educação.** GT Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS/ CRESS, 2001.

CFESS. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação.** GT Serviço Social na Educação. Brasília: CFESS/CRESS, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Brasília: CFESS, 1993.

CUNHA, Antonio Eugenio. **A história da educação privada brasileira e o princípio democrático da livre iniciativa.** In: Revista Fenep. 2013.

FERREIRA, Aleine de Araújo. **O trabalho profissional do assistente social no Colégio Nossa Senhora das Mercês.** In: FÉRRIZ, A. F. P. (Org.). Experiências profissionais de assistentes sociais em escolas privadas e confessionais no estado da Bahia. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 103-111. Disponível em: <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_adriana_f._02-03_1_publicar-aprovado-min_1> Acesso em: 14 fev 2025.

FERREIRA, Patrick Vieira. **Panorama histórico: desenvolvimento da Educação Básica Privada no Brasil.** Cadernos de Educação, v. 15, n. 31, jul./dez. 2016.

GENTILI, P. A. A. **Neoliberalismo e educação: manual do usuário.** In: SILVA, T. T. da.; GENTILI, P. A. A. (org.). Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996. p. 9 - 49

GONÇALVES, Amanda Boza. **A prática cotidiana do assistente social na escola privada.** 2009. 144f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na cena contemporânea.** In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 136, p. 439461, set./dez. 2019.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

JUNIOR, L. C. de S. et al. **REFLEXÕES ACERCA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - v. 16 n. 1 (2018). Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22768>>. Acesso em: 22 fev 2019.

LANÇA, Angelita Márcia Carreira Gandolfi. **Serviço social e educação: interfaces de uma atuação política**. 2012. 184 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2012.

MARTINS, E. B. C. **Educação e Serviço Social: um elo para a construção da cidadania**. Tese (Doutorado) — Pontifícia Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social; crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002. 288 p.

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: MOTA, A. E. et al. (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

OLIVEIRA, Débora de Almeida Ramos; SANTANA, Vilane Reis Santana; SANTANA, Rosângela Silva Prazeres de. Sistematização do trabalho profissional do assistente social no Colégio Salesiano Dom Bosco/Salvador/BA. In: FÉRRIZ, A. F. P. (Org.). **Experiências profissionais de assistentes sociais em escolas privadas e confessionais no estado da Bahia**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 83-102. Disponível em: <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_adriana_f_02-03_1_publicar-aprovado-min_1> Acesso em: 12 fev 2025.

PIRES, Daniela de Oliveira. **A construção histórica da relação público-privada na promoção do direito à educação no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

RABELO, Beatriz Gomes; HONORATO, Lorena Guimarães Ferreira; SILVA, Ivone Domingos e. **A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: EXPERIÊNCIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADA E FILANTRÓPICA DE SANTARÉM- PARÁ**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 6, p. 532–548, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i6.5945. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/5945>> Acesso em: 02 fev. 2025.
ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Veríssimo Nascimento Ramos dos. **A agenda do marco regulatório das organizações da sociedade civil: uma análise da Lei nº 13.019/2014**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/agenda-do-marco-regulatorio-das-organizacoes-da-sociedadecivil-uma-analise-da-lei-13-019-2014>. Acesso em: 10 de mar de 2025.

SILVA, A. L. F. **O SERVIÇO SOCIAL EM ESCOLAS PRIVADAS: Estudo Sobre a Inserção do Assistente Social em Uma Escola Privada da Região Metropolitana de São Luís.** In: IX Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2019, São Luís - MA.

SILVA, Edna Meireles da; HONORATO, Lorena Guimarães Ferreira. **O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO PROGRAMA DE FILANTROPIA CEBAS DO COLÉGIO DOM AMANDO- SANTARÉM-PA.** Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Educação, [S. l.], v. 8, n. 11, p. 3148–3164, 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i11.7945. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7945>> Acesso em: 04 fev. 2025.

SIVA, Elsa dos Santos da. **O trabalho do assistente social na educação privada: desafios, implicações e resultados da bolsa no Instituto Profissional Laura Vicunha.** 2018. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, 2018.

SILVA, Lorena Melo da. O trabalho profissional do assistente social no Colégio Soma. In: FÉRRIZ, A. F. P. (Org.). **Experiências profissionais de assistentes sociais em escolas privadas e confessionais no estado da Bahia.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2021. p. 133-142. Disponível em: <https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_adriana_f._02-03_1_publicar-aprovado-min_1> Acesso em: 15 fev 2025.